



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**ATIVIDADES NA NATUREZA - EDUCAÇÃO, BEM ESTAR E CONSERVAÇÃO SOB
A ÓTICA DE QUEM TRABALHA NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO PAU BRASIL**

Por

ALEXANDRE NASCIMENTO DA SILVA CHAVES

PORTO SEGURO, 2024



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**ATIVIDADES NA NATUREZA - EDUCAÇÃO, BEM ESTAR E CONSERVAÇÃO SOB
A ÓTICA DE QUEM TRABALHA NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO PAU BRASIL**

Por

ALEXANDRE NASCIMENTO DA SILVA CHAVES

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

Profa. Dra. Cristiana Saddy Martins

Profa. Dra. Marlene Francisca Tabanez Ribeiro

Prof. Dr. Zysman Neiman

**TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

**IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS
PORTO SEGURO, 2024**

Ficha Catalográfica

CHAVES, Alexandre Nascimento da Silva.

ATIVIDADES NA NATUREZA - EDUCAÇÃO, BEM ESTAR
E CONSERVAÇÃO SOB A ÓTICA DE QUEM TRABALHA NA
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO PAU BRASIL.

2024. 64 pp.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas
ecológicas

Palavra chave: Educação e Conservação

Palavra chave: Unidade de conservação

Palavra chave: Uso Público

Escola Superior de Conservação Ambiental e
Sustentabilidade, IPÊ

BANCA EXAMINADORA

PORTO SEGURO, FEVEREIRO DE 2024

Profa. Dra. Cristiana Saddy Martins

Profa. Dra. Marlene Francisca Tabanez Ribeiro

Prof. Dr. Zysman Neiman

AGRADECIMENTOS

Neste caminho houve uma estrada de autoconhecimento, antes de tudo, aprendizados dos mais variados e distintos da minha área de formação acadêmica, além de desenvolver habilidades de trabalho em grupo e respeito a multifacetária composição das turmas de Mestrado da ESCAS/IPÊ Extra Campus Bahia e São Paulo. Que possibilitou contribuições incontestes a nossa formação.

Há de Reconhecer a orientação dos profissionais componentes do Comitê de Orientação: Profa Dra. Cristiana Saddy Martins, Profa Dra. Marlene Francisca Tabanez Ribeiro e o Prof. Dr. Zysman Neiman, e sua importante contribuição, partindo do ponto de vista da experiência acadêmica, além da ética científica. Abrir mão de seu valioso tempo para fazer possível a construção deste projeto foi altruísta e imprescindível para a sua conclusão.

Aos meus pais (*In Memoriam*), ao meu Filho Luiz Antonio e toda a família Chaves por contribuírem com minha formação enquanto pessoa, filho, irmão e pai. Vocês me fazem querer ser melhor a cada dia.

Aos amigos que o mestrado me deu, desde os mais distantes, como o Léo Braz e sua perspicácia como meus amados amigos: Nárrima Maria Campos Lima, Marcelo Arcanjo de Jesus e Joab Silva Nunes Vieira, estes últimos apelidei gentilmente de minha “Maçonaria”, por terem sido meus braços e pernas em todo o caminho até aqui.

E ao verdadeiro anjo chamado Rosângela Silva que nos foi sempre luz quando tudo parecia complicado, rebuscado ou impossível. Competência e Trabalho são seus sobrenomes, sou seu eterno fã.

Por fim, agradeço a CIPPA-PS na figura do Maj PM Nunes, o Instituto ARAPYÁÚ e a Veracel Celulose por me oportunizarem os meios de compor este grupo seleto de estudantes.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	3
ABSTRACT	5
Título: ATIVIDADES NA NATUREZA - EDUCAÇÃO, BEM ESTAR E CONSERVAÇÃO SOB A ÓTICA DE QUEM TRABALHA NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO PAU BRASIL	
1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Entendendo as Unidades de Conservação	10
2.2 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	11
2.3 A Educação Ambiental.....	13
2.4 Educação Ambiental nas Unidades de Conservação.....	15
3.OBJETIVOS	
3.1 Objetivo Geral.....	17
3.2 Objetivos Específicos.....	17
4. MATERIAIS E MÉTODOS	18
4.1 Tipo de Pesquisa.....	18
4.2 Descrição da Área de Estudo.....	18
4.3 Coleta dos Dados.....	23
4.3.1 Instrumentos da Coleta de Dados.....	24
4.3.2 Pré-teste e Correção de Problemas.....	25
4.3.3. Perfil dos Participantes.....	25
4.3.4 Participação em Atividades no Interior da ESPAB e Percepção do Uso da Unidade.....	25
4.3.5 Percepções dos Participantes sobre Qualidade de Vida.....	25
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5.1 Pré Teste.....	26
5.2 Perfil Sociodemográfico.....	27
5.3 Qualidade de Vida na visão dos Participantes da Pesquisa.....	37
5.4 Síntese dos dados de qualidade – Categorização.....	40

6. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES	42
7. LITERATURA CITADA	46
8. APÊNDICES	52
8.1 Apêndice A (<i>Declaração De Responsabilidade</i>)	52
8.2 Apêndice B (<i>Características Sociodemográficas</i>).....	55
8.3 Apêndice C (<i>Questionário sobre interesses de atividades dos trabalhadores da Estação do Pau Brasil</i>).....	56
8.4 Apêndice D (<i>Questionário WHOQOL - The World Health Organization Quality of Life, versão curta</i>).....	58
8.5 Apêndice E (<i>Síntese das Idéias Centrais dos Participantes da Pesquisa</i>).....	60

RESUMO

Resumo do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

ATIVIDADES NA NATUREZA - EDUCAÇÃO, BEM ESTAR E CONSERVAÇÃO SOB A ÓTICA DE QUEM TRABALHA NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO PAU BRASIL

Por

ALEXANDRE NASCIMENTO DA SILVA CHAVES

FEVEREIRO de 2024

Orientadora: Profa. Dra. Cristiana Saddy Martins

A Estação Ecológica do Pau Brasil, localizada em Porto Seguro/BA já foi chamada de a primeira Escola de Educação Ambiental do país. Todavia, por um histórico de criação antigo, em 1969, antes do SNUC, e por mudanças nas instituições gestoras ao longo do tempo, o papel de unidade de conservação e o tema de Educação Ambiental ficaram esquecidos, até mesmo por pessoas que lá trabalham. A unidade não possui um Plano de Manejo e existem poucos estudos sobre a mesma. Neste trabalho fez-se um diagnóstico sobre o uso potencial da unidade sob a ótica de quem lá trabalha, com o objetivo de propor atividades na natureza que envolvam Educação Ambiental, bem-estar e conservação da biodiversidade, integrando as três instituições já presentes na unidade: CETAS, CIPPA e UFSB. A pesquisa utilizou questionários semiestruturados para aferir o perfil sociodemográfico dos participantes, seu uso e percepção da unidade e sugestões de uso da mesma, além de uma autoanálise sobre sua qualidade de vida e saúde. Os participantes da pesquisa, aplicada entre fevereiro e abril de 2023, são na maioria trabalhadores de duas das instituições presentes na unidade – CIPPA e CETAS, com alguns pesquisadores da UFSB. Dos 51 respondentes desta pesquisa, 94% pertence ao sexo masculino, 100% possui nível superior e são moradores da região. A maioria declarou ter conhecimento

do local como unidade de conservação (76%), mas 23% não sabia o nome da mesma. A maioria dos trabalhadores frequenta a unidade em seu dia a dia, e poucos de forma esporádica. As atividades sugeridas para oferta dentro da unidade de conservação, incluem majoritariamente as categorias de esportes, educação ambiental com escolas e lazer (trilhas), que poderiam estar um programa de Uso Público, mas atualmente são inadequadas ao status da Estação. A maioria dos respondentes (94%) acha que abrir a unidade ao público ajudará na valorização da unidade e na sua conservação, e que o contato diário com a unidade os faz aprender mais sobre a natureza. A maioria obteve boas pontuações de saúde e qualidade de vida em sua autoanálise, e fazem relação com local de trabalho e boa disposição. Os trabalhadores alcançados nesta pesquisa são profissionais que estão satisfeitos com sua qualidade de vida, possuem boa saúde e percebem potencial para atividades diversas de Uso Público na Estação, indicando sugestões e melhorias para a oportunização das mesmas. Estão dispostos e podem ser engajados na realização de um programa de Uso Público. No entanto, em função de a Estação não possuir Plano de Manejo para nortear os tipos de atividades de uso público, as zonas de desenvolvimento e as normas, sugere-se a partir destas observações uma reanálise da unidade, uma vez que existem 3 instituições presentes em seu interior e colaboradores dispostos a planejar e desenvolver atividades de Uso Público na mesma. Uma reclassificação/recategorização, além da melhoria das estruturas físicas (prédios, trilhas, etc) permitiria a proposição de atividades de práticas de EA, interpretação ambiental, e outras de integração com a natureza que pudessem admitir vários tipos de públicos, valorizando a unidade e promovendo a biodiversidade regional.

ABSTRACT

Abstract do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável Como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

ATIVIDADES NA NATUREZA - EDUCAÇÃO, BEM ESTAR E CONSERVAÇÃO SOB A ÓTICA DE QUEM TRABALHA NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO PAU BRASIL

By

ALEXANDRE NASCIMENTO DA SILVA CHAVES

FEVEREIRO de 2024

Advisor: Profa. Dra. Cristiana Saddy Martins

The Pau Brasil Ecological Station, located in Porto Seguro/BA, has already been called the first Environmental Education School in the country. However, due to an old history of creation, in 1969, before SNUC, and due to changes in managing institutions over time, the role of conservation unit and the theme of Environmental Education were forgotten, even by people who work there. The unit does not have a Management Plan and there are few studies on it. In this work, a diagnosis was made on the potential use of the unit from the perspective of those who work there, with the aim of proposing activities in nature that involve Environmental Education, well-being and biodiversity conservation, integrating the three institutions already present in the unit : CETAS, CIPPA and UFSB. The research used semi-structured questionnaires to assess the sociodemographic profile of the participants, their use and perception of the unit and suggestions for its use, in addition to a self-analysis of their quality of life and health. The participants in the research, carried out between February and April 2023, are mostly workers from two of the institutions present in the unit – CIPPA and CETAS, with some researchers from UFSB. Of the 51 respondents to this survey, 94% are male, 100% have higher education and are residents of the region. The majority declared that they were aware of the place as a conservation unit (76%), but 23% did

not know its name. The majority of workers visit the unit on a daily basis, and few sporadically. The activities suggested to be offered within the conservation unit mainly include the categories of sports, environmental education with schools and leisure (trails), which could be a Public Use program, but are currently inappropriate for the current status of the Station. The majority of respondents (94%) think that opening the unit to the public will help increase the value of the unit and its conservation, and that daily contact with the unit makes them learn more about nature. The majority obtained good health and quality of life scores in their self-analysis, and relate it to the workplace and good disposition. The workers reached in this research are professionals who are satisfied with their quality of life, have good health and perceive potential for various Public Use activities at the Station, indicating suggestions and improvements to provide them with opportunities. They are willing and able to be engaged in carrying out a Public Use program. However, as the Station does not have a Management Plan to guide the types of public use activities, development zones and standards, based on these observations, it is suggested a reanalysis of the unit, since there are 3 institutions present inside and employees willing to plan and develop Public Use activities there. A reclassification/recategorization, in addition to the improvement of physical structures (buildings, trails, etc.) would allow the proposition of EA practice activities, environmental interpretation, and other integration with nature that could admit various types of audiences, valuing unity and promoting regional biodiversity.

ATIVIDADES NA NATUREZA - EDUCAÇÃO, BEM ESTAR E CONSERVAÇÃO SOB A ÓTICA DE QUEM TRABALHA NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO PAU BRASIL

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Quando temos vivências diversas em Unidades de Conservação (UCs), imaginamos que estas possam trazer inúmeros benefícios para os seres humanos através da integração com a natureza e de toda beleza que ela dispõe, assim como buscar as melhores formas de estar em contato com a biodiversidade, gerando boas práticas de conservação da fauna e flora silvestres e riquezas naturais diversas, através da Educação Ambiental (TIRIBA; PROFICE, 2019; LIMA et al., 2021; SANTOS, 2022).

A Estação Ecológica do Pau Brasil (ESPAB), foco deste trabalho, foi criada a partir da publicação do **Decreto** n.º6.228 em 21/02/1997, e foi destinada a ser uma Estação Ecológica, dando a esta o status de proteção permanente.

No entanto, registros mais antigos indicam que a Estação Ecológica do Pau Brasil (ESPAB), localizada no município de Porto Seguro, abrangendo uma área de 1.145ha, foi implantada em 1969. Inicialmente, era uma estação experimental sob responsabilidade da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), destinada à pesquisa ecológica, silvicultura e Educação Ambiental (VASCONCELOS, 1992). Durante a década de 1990, uma das responsabilidades no campo da educação incluiu a criação da Escola de Educação Ambiental em Porto Seguro. Essa iniciativa, considerada pioneira entre os Centros de Educação Ambiental no Brasil, tornou-se um ponto focal para a Educação Ambiental na Mata Atlântica.

A criação desse Centro de Educação Ambiental resultou de um acordo de empréstimo de 20 anos entre a cidade de Porto Seguro e a CEPLAC. Ao longo desse período, um evento significativo foi a realização do pioneiro curso de Educação Ambiental no Extremo Sul da Bahia (VASCONCELOS, 1992; SANTOS, 2022). Outra motivação para a criação desse centro educacional foi o crescimento do turismo na região, impulsionado pelas melhorias nas vias de acesso pela BR 101 e pela expansão da rede elétrica. Esses fatores tornaram a região um dos destinos mais procurados por turistas de todo o mundo.

Diante desse cenário, profissionais de diversas instituições, incluindo uma empresa de consultoria não declarada, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Centro de Recursos Ambientais (CRA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA), uniram esforços para criar o que chamaram de a Primeira Escola de Educação Ambiental do Brasil (VASCONCELOS, 1992). Em julho de 1991, a criação do primeiro Centro de Educação Ambiental do Brasil foi sancionada pelo Ministério da Educação e pela Presidência da República. Este centro, inicialmente sediado na região, teve planos de expansão para os estados do Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Goiás. No entanto, o referido projeto deixou claro o potencial da região para seguir conscientemente os caminhos da Educação Ambiental, compartilhando conhecimentos sobre conservação em espaços comuns de convivência na cidade, desde centros turísticos até igrejas (VASCONCELOS, 1992).

A Estação Ecológica do Pau Brasil (ESPAB) abriga uma rica floresta de Mata Atlântica, contendo espécies notáveis como jequitibá, jacarandá, peroba, mogno, entre outras, constituindo um banco genético significativo dessas espécies. A estação também tem rica diversidade faunística de répteis, mamíferos, aves, entre outros tantas espécies, a exemplo dos: Porcos Queixadas (*Tayassu pecari*), Preguiças de Três Dedos (*Bradypus variegatus*), Antas (*Tapirus terrestres*), Jibóias (*Boa Constrictor Imperator*), e muitos outros dada a riqueza de espécies da Mata Atlântica.

Inicialmente foi subdividida em duas partes, com 800ha dedicados à proteção permanente e 345ha destinados à pesquisa ecológica, silvicultura e Educação Ambiental. A ESPAB, embora criada anteriormente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) com objetivos de estação experimental para pesquisa com cacau, é hoje categorizada como UC de Proteção Integral, interligando-se com outras UCs do Território de Identidade da Costa do Descobrimento.

Contudo, atualmente a ESPAB não aparece nos registros do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), e seu decreto de criação não está disponível nas páginas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) até a presente data, carecendo de diversos estudos detalhados em um plano de manejo, especialmente no que se refere a trilhas e espaços destinados ao uso público, essenciais para a proposição das atividades de Educação Ambiental e Interpretação

Ambiental. Além disso, esse plano seria primordial para a obtenção de informações sobre os fatores bióticos e abióticos, históricos, sociais e culturais, entre outros relevantes para conhecimento da Unidade.

Ao longo do tempo, a unidade recebeu diversos projetos e entidades, incluindo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Centro de Triagem de Animais Silvestres do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CETAS/IBAMA) e a Companhia Independente de Policiamento e Proteção Ambiental de Porto Seguro (CIPPA-PS), que é uma unidade operacional da Polícia Militar da Bahia, especializada em policiamento e proteção ambiental.

Na atualidade, a ESPAB mantém parcerias com diversas instituições estaduais e federais, e de ensino formal, incluindo a CIPPA-PS, CETAS/IBAMA e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), as quais poderão desenvolver programas de Educação Ambiental em seu interior. Durante a realização desta pesquisa, essas instituições estão pleiteando/buscando uma cessão conjunta de Uso Público junto à Superintendência do Patrimônio da União (SPU), com o objetivo de se elaborar um plano de manejo que contemple os 345ha destinados primordialmente ao Uso Público, além de desenvolver ações diversas dentro de seu escopo de atividades na ESPAB.

Neste contexto, surgiu a proposta deste estudo na Estação Ecológica do Pau Brasil (ESPAB), em Porto Seguro, Bahia. O objetivo foi compreender a visão dos trabalhadores sobre atividades na natureza, bem-estar e aprendizado sobre a biodiversidade. O diagnóstico obtido por meio de um questionário semiestruturado visou perceber atividades a serem praticadas em parceria pelas instituições presentes na ESPAB.

Ao reunir dados por meio do questionário, obteve-se informações que nortearão a proposição de práticas diversas na UC, permitindo a continuação de projetos em curso e destacando a importância da participação humana na conservação. A proximidade da ESPAB à cidade de Porto Seguro facilita a adesão da comunidade, e uma possível recategorização da UC poderia ampliar as possibilidades de práticas diversas.

A abordagem busca entender o olhar dos trabalhadores, identificando atividades pertinentes. Mesmo sendo uma UC de proteção permanente, a ESPAB possui potencial para diversas atividades, como pesquisa científica, atividades educativas,

interpretação ambiental, ecoturismo, trilhas ecológicas, treinamentos policiais, acampamento, arborismo, entre outras de uso público.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Entendendo as Unidades de Conservação

A crise socioambiental, evidenciada pela redução da biodiversidade, perda de habitats e falta de serviços ecossistêmicos, demanda atenção urgente. O relatório de 2019 da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES, 2019) destaca a diminuição de habitats selvagens, ameaça a populações locais e indígenas, além de preocupantes taxas de extinção.

As áreas protegidas surgem como uma estratégia fundamental para enfrentar essas ameaças (HOEKSTRA et al., 2005). Historicamente, essas áreas foram criadas para preservar recursos naturais em resposta à crise ambiental global (CHAPE; SPALDING; JENKINS, 2008). Além da preservação ambiental, áreas protegidas desempenham funções diversas, oferecendo serviços ecossistêmicos e preservando valores culturais.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) destaca a importância das áreas protegidas para a conservação da biodiversidade. O Brasil, signatário da CDB, estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000 e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) em 2006 (MMA, 2006). As Metas de Aichi, estabelecidas em 2010, visavam à conservação de áreas terrestres e marinhas até 2020, sendo parcialmente atingidas.

As terras indígenas, quilombolas e outros espaços preservados são cruciais nesse contexto. O Brasil desempenha um papel significativo nas discussões sobre Unidades de Conservação, mas desafios como efetividade e reconhecimento persistem (PRATES; IRVING, 2015). A gestão eficiente dessas áreas vai além da porcentagem de cobertura, envolvendo a multiplicidade de ecossistemas.

A visão de mundo que perpetua a relação precária entre ser humano e natureza, originada na Europa e disseminada globalmente, é um desafio. Superar esse ciclo específico de saberes é essencial. Entender a importância das Unidades de

Conservação e contribuir para sua conservação são passos fundamentais para preservar a biodiversidade (VALLEJO, 2013).

2.2 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Criado para organizar, categorizar e definir as UCs desde a criação às regras de manejo, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) divide em dois grupos as categorias dessas áreas, sendo estas: Unidades de Proteção Integral (Monumento Natural – MONA, Estação Ecológica - ESEC, Refúgio de Vida Silvestre – REVIS, Reserva Biológica – REBIO, e Parque Nacional (PARNA); e Unidades de Uso Sustentável (Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS, Área de Proteção Ambiental - APA, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, Reserva Extrativista - RESEX, Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE, Reserva de Fauna - REFAU, e Floresta Nacional - FLONA). A principal diferença entre essas categorias é a relevância de seus objetivos. A vista que as UC's de Proteção Integral objetivam a proteção dos recursos naturais, concedendo o uso público direto e indireto em determinadas situações e condições de acordo com as categorias e zoneamento, as UC's de Uso Sustentável têm a prerrogativa de agregar conservação da biodiversidade ao uso sustentável dos recursos nela existentes (BRASIL, 2000).

Uma Estação Ecológica, ou ESEC, que é como é reputada a Estação Ecológica do Pau Brasil - ESPAB, é classificada como UC de proteção integral, mostrando-se um espaço preservado de relevância para a preservação dos biomas naturais ali presentes. A ideia de limitar as áreas para uso público, é uma tentativa de reduzir a interferência humana a padrões mínimos, diminuindo o contato do ser humano com a biodiversidade mantida em áreas protegidas, conservando-as em seu estado natural, ou o mais próximo disso, na busca de ao menos 90% de suas áreas, unicamente para fins de preservação (BRASIL, 2000). Na porcentagem restante são destinados ao desenvolvimento de pesquisa e atividades educacionais, de acordo com o plano de manejo.

É notório que as UC's têm proliferado em quantidade e tamanho no Brasil e no mundo. Tendo como base diversas evidências advindas de pesquisas científicas, as gerações de UC's justificadas pela preservação de habitats, prestação de serviços ecossistêmicos, proteção de espécies ameaçadas de extinção, atrativos turísticos, e

enfrentamento das mudanças climáticas (STOLTON; DUDLEY, 2010). Porém, nem sempre as realidades socioeconômicas locais, e contextos históricos e sociais são incorporados na criação e na gestão das UC (VIANNA, 2008).

O requisito de criar uma UC para controle de um território gera conflitos entre os modelos de implantação e de gestão e as linhas de ação dos participantes do processo ao considerar os assuntos. As políticas e abordagens diversas, por vezes geram uma dicotomia entre os criadores, gestores e locais, que por vezes passam por processos de consulta pública sobre as categorias, modelos de proteção e uso das áreas, mas isso nem sempre acontece (SAMMARCO, 2005; SANTOS, 2009). Lamentavelmente, a definição das prioridades para essas áreas nem sempre segue critérios científicos (TAVARES; PEREIRA NETO, 2020).

O Art. 27 do SNUC, estabelece que as UCs devem elaborar um “Plano de Manejo”. Em seu § 1º, menciona que este “deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (BRASIL, 2000). Neste Plano de Manejo, entre os diversos programas, inclui o Programa de Educação Ambiental.

A educação ambiental na academia e outros espaços de ensino desempenha um papel crucial ao despertar nas pessoas a importância de sua contribuição nas ações de conservação e preservação da biodiversidade no planeta. As práticas de contemplação ambiental e a educação ambiental crítica e emancipatória devem ser fundamentais nas abordagens educativas tanto dentro como no entorno de áreas protegidas (ICMBio, 2016), podendo considerá-las como espaços educadores, provedores da educação ambiental.

2.3 A Educação Ambiental

A Educação Ambiental surge como uma proposta capaz de construir meios inspiradores para conscientizar as pessoas sobre a necessidade de preservar as riquezas biodiversas e os ecossistemas existentes. Essa abordagem conquista seu espaço de transformação por meio de estratégias pedagógicas e da multiplicação do conhecimento, criando uma teia de saberes que tem o potencial de salvar vidas (ICMBio, 2016).

Escolher o caminho da Educação Ambiental seria algo simples se não houvesse incentivo ao lucro proveniente da exploração desenfreada de produtos e serviços. Em muitos casos, bens de propriedade privada são socialmente percebidos como "bem comum", e licenças de manejo são adquiridas sob a roupagem de "interesse público" (NOVICKI, 2009).

As abordagens de Desenvolvimento Sustentável e Sociedades Sustentáveis utilizam escolhas e estratégias educacionais, sendo a Educação Ambiental central nessas visões de mundo. Ela visa fornecer os insumos necessários para o desenvolvimento humano sustentável, sem degradar os recursos a ponto de causar escassez severa ou extinção. Contudo, a desigualdade impulsionada pelo capitalismo, ressalta o desafio de conciliar interesses econômicos e o bem público, com o meio ambiente atuando como provedor explorado para garantir a sobrevivência de alguns e o lucro de outros (NOVICKI, 2009).

O inciso VI, do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 garante o direito à Educação Ambiental a todos os brasileiros (BRASIL, 1988). O Brasil implementou políticas públicas que fortalecem a Educação Ambiental para contribuir com o desenvolvimento sustentável do país. Nesse contexto, um desses dispositivos legais é a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) criada em 1999, que no Art. 1º, define a Educação Ambiental como processos pelos quais o indivíduo e a sociedade desenvolvem conhecimentos, habilidades, valores sociais, atitudes e competências para a conservação da biodiversidade, um bem de todos e indispensável para a existência e qualidade de vida, sustentando-se pela sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) estabelece instrumentos para implementação, influenciada pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Entretanto, após duas décadas, seus desdobramentos carecem de avaliação e apresentam ambiguidades (SORRENTINO; MARANHÃO; DINIZ, 2019). Diretrizes sem uma consideração contextual e falta de mecanismos de avaliação comprometem a efetividade dessas políticas.

A abordagem da Educação Ambiental vai além da simples adoção de boas práticas, sendo crucial uma perspectiva socioambiental e emancipatória. Estimular o pensamento crítico e compreender as origens da crise socioambiental são fundamentais para construir sociedades sustentáveis (ALVES et al., 2010; LOUREIRO;

CONCEIÇÃO CUNHA, 2008; LAYRARGUES, 2004; REIGOTA, 2000; SORRENTINO et al., 2018).

A Educação Ambiental pode ser desenvolvida de diferentes formas em espaços formais e não formais, refletindo a diversidade de conceitos e terminologias. Compreender os contextos e as características da Educação Ambiental em diversos territórios contribui para seu entendimento e suas condicionantes (QUINTAS, 2009).

No contexto de uma Educação Ambiental que busca transformar as Unidades de Conservação (UCs) em espaços educadores, os profissionais encontram potencial de transformação nessas áreas e em sua gestão (SAISSE, 2011; SAMMARCO, 2013; DA CRUZ; SOLA, 2017; SORRENTINO, 2018; SORRENTINO; MARANHÃO; DINIZ, 2019; MACHADO, 2020).

Os espaços educadores, conforme definidos pelo Programa Municípios Educadores Sustentáveis, têm o potencial de demonstrar outras formas viáveis para o desenvolvimento sustentável, estimulando ações conjuntas e reconhecendo a necessidade de educação (MATAREZI, 2005).

A Educação Ambiental, ao discutir valores e concepções de natureza, contribui para promover ações ambientais mais reflexivas e coerentes (CAMPONOVARA; RAMOS; KIRCHHOF, 2007). Ao questionar as concepções históricas embutidas nos conceitos de natureza, ela fortalece a elaboração de uma nova relação entre sociedade e ambiente.

A pesquisa sobre Educação Ambiental no Brasil explora diferentes abordagens de meio ambiente e como essas estão ligadas às práticas pedagógicas. Ela investiga as concepções para o planejamento de intervenções socioeducativas, contribuindo para compreender a diversidade e suas condicionantes. Essas pesquisas podem revelar as concepções dos atores sociais sobre as temáticas envolvidas nos processos educativos.

O objetivo geral da Educação Ambiental em Unidades de Conservação é conscientizar os visitantes sobre a importância desses locais para a conservação do meio ambiente, sendo essencial, mesmo na ausência de atividades diretas de EA, realizar iniciativas diversas em colaboração com parceiros (MADEIRA, et al., 2018; BARBIERI, et al., 2018).

2.4 Educação Ambiental nas Unidades de Conservação

A integração da Educação Ambiental (EA) nas Unidades de Conservação (UC), conforme preconizado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é essencial para promover a conscientização e o engajamento da sociedade na preservação da biodiversidade (BRASIL, 2000). Nesse contexto, as Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA), apresentadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em 2011, desempenham um papel fundamental.

O objetivo principal da ENCEA é facilitar a integração entre gestores de diferentes esferas governamentais e a sociedade civil, visando à efetiva execução de programas educacionais e ao estímulo do engajamento social na gestão pública da biodiversidade (ICMBIO, 2018). Essa estratégia visa harmonizar iniciativas relacionadas à Educação Ambiental e Comunicação, fortalecendo os vínculos entre os diversos atores envolvidos na conservação ambiental.

Outra abordagem relevante para incorporar a Educação Ambiental nas UCs é a adoção de Projetos Políticos-Pedagógicos Mediados pela Educação Ambiental (PPPEA). Essa estratégia, consolidada em ambientes formais de ensino, ganha espaço em outros contextos como as UC, proporcionando uma abordagem educacional abrangente e direcionada à conservação da biodiversidade (ICMBIO, 2018). A iniciativa do ICMBio entre 2016 e 2018, incentivando a elaboração e publicação do PPPEA em diversas UCs, destaca-se como uma ação concreta nesse sentido.

Tabanez (2007), em estudo realizado com docentes de escolas rurais do entorno de uma unidade de conservação (Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Cunha), a partir de um processo de formação continuada em educação ambiental, identificou que:

A unidade de conservação se enquadra naquela categoria de “outros espaços educacionais” e foi fonte de conhecimento para os professores. Assim, passou a ser um importante espaço e referência para a abordagem da temática ambiental, pois representa a possibilidade de proximidade com a natureza e com conhecimento do

conteúdo específico de muitos conceitos vistos “na teoria em livros” (TABANEZ, 2007, p. 285).

No caso específico da Estação Ecológica do Pau Brasil (ESPAB), é evidente a necessidade de se criar um documento que regulamente as atividades, considerando sua condição de UC de preservação permanente. Mesmo sem um plano de manejo para orientar as práticas em seu interior, direcionar as atividades de Educação e Sensibilização Ambiental é crucial (ICMBIO, 2018). O Artigo 40 do SNUC estabelece a promoção da Interpretação Ambiental, criando condições para a realização de Educação Ambiental, turismo ecológico e recreação em contato com a natureza (SNUC, 2000; ICMBIO, 2018). A interpretação ambiental, como ferramenta da EA, não apenas transmite conhecimentos sobre a biodiversidade, mas também promove uma mudança na percepção e comportamento humano em relação às práticas dentro e fora dos espaços naturais (TABANEZ et al., 2008).

O desenvolvimento da Educação Ambiental deve estar em consonância com os demais programas de manejo da UC, visando possibilitar a integração de conhecimentos e a adoção de metodologias específicas, de maneira a associar os conhecimentos específicos da área socioambiental aos pedagógicos. Além disso, existem diversas estratégias pedagógicas e infraestruturas que são necessárias para a concretização dos programas de Educação Ambiental nas áreas protegidas. Outro aspecto fundamental nesses programas é o conhecimento do perfil e a participação dos diversos públicos e comunidades envolvidas nas etapas de planejamento, monitoramento e avaliação.

Envolver um processo de diagnóstico, capacitação, e feedback dos participantes, pode tornar um programa de EA um cerne de transformação, e provocar um sentimento de pertencimento na população local que contribuirá nas ações de conservação sobretudo em relação à espécies ameaçadas (CULLEN JR et al., 2004).

Assim, ao desenvolver um documento para proposição de atividades na ESPAB, é fundamental considerar as diretrizes do SNUC, as orientações da ENCEA, a importância dos PPPEA e as orientações do Plano de Manejo da unidade. Esse processo contribuirá para a criação de um ambiente propício à Educação Ambiental, alinhado aos objetivos de preservação da UC e ao engajamento ativo da comunidade na conservação da biodiversidade (ENCEA, 2010).

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL:

Identificar a percepção dos(as) trabalhadores (as) da Estação Ecológica do Pau Brasil sobre atividades na natureza que promovam saúde, bem estar e conservação da sociobiodiversidade, como subsídio para recomendações de uso público com integração e participação das instituições presentes na estação.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Aferir a percepção dos trabalhadores da Estação Ecológica do Pau Brasil, sobre o espaço, suas aspirações em relação a unidade, sobre qualidade de vida e seu olhar sobre a necessidades de implantação de atividades de uso público.
- Trazer recomendações para o uso público na estação, integrando a participação das instituições presentes na unidade.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa inclui análises quantitativas e qualitativas, com dados coletados através de questionários semiestruturados com informações sobre a fala dos entrevistados, evidenciando aspectos subjetivos.

Foi realizado um levantamento, visando determinar informações sobre práticas ou opiniões atuais de uma população específica e que envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Cronologicamente, é transversal, pois os dados são coletados num único instante temporal, obtendo um recorte momentâneo dos fenômenos investigados (LAKATOS; MARCONI, 2003).

4.2 Descrição da Área de Estudo

A pesquisa foi realizada no município de Porto Seguro, estado da Bahia, Brasil, que possui uma população estimada de 152.529 habitantes (IBGE, 2022), com uma densidade demográfica de 52,70 hab/km² (IBGE, 2022). O projeto foi desenvolvido na Estação Ecológica do Pau Brasil (ESPAB), localizada em Porto Seguro (Figura 1).

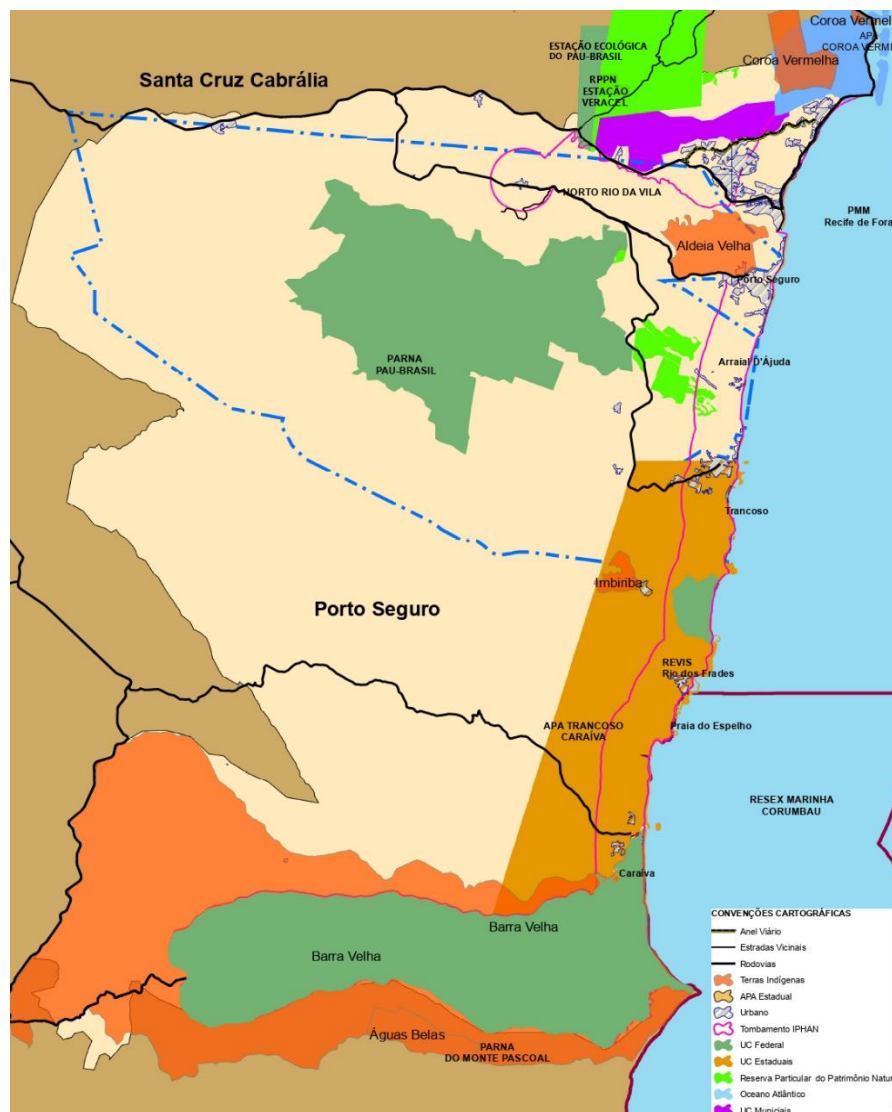


Figura 1: Mapa com a localização da ESPAB, Porto Seguro, BA. Fonte: Dados do Pesquisador

A ESPAB foi implantada em 1969 e abrange uma área de 1.145 hectares. A sua administração era de responsabilidade da Comissão Executiva do Plano Lavoura Cacaueira – Ceplac, que foi extinta. Após a extinção do órgão gestor da ESPAB, a área está sob a responsabilidade da Superintendência do Patrimônio da União – SPU, que

está finalizando uma análise de cessão conjunta de uso público para a Companhia Independente de Policiamento e Proteção Ambiental de Porto Seguro – CIPPA-PS (Figura 2, 3 e 4), Centro de Triagem de Animais Silvestres, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – CETAS/IBAMA (Figura 5, 6 e 7), e a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB (Figura 8 e 9).

De acordo com o Conselho Regional de Administração – CRA Município de Porto Seguro - BA, essa Unidade de Conservação é caracterizada pela presença de uma densa floresta com árvores de Pau-Brasil (*Paubrasilia enchinata*) e outros exemplares da Mata Atlântica, como o jequitibá (*Cariniana sp*), jacarandá (*Jacarandá mimosifólia*), peroba (*Aspidosperma polyneuron*), mogno (*Swietenia macrophylla*), entre outros, constituindo um significativo banco genético dessas espécies. A área da estação foi subdividida em duas partes: a primeira, com 800 hectares, é dedicada à proteção permanente, enquanto a segunda, com 345 hectares, é destinada à pesquisa ecológica, silvicultura e Educação Ambiental (VASCONCELOS, 1992).

A ESPAB possui seis edificações, sendo três delas destinadas ao CETAS/IBAMA, duas utilizadas pela CIPPA-PS e um prédio com grande estrutura que será disponibilizado para a UFSB, conforme o plano de manejo ainda não realizado. Atualmente, a UC não possui estruturas prediais exclusivas para Educação Ambiental, razão pela qual as instalações de uso da CIPPA-PS são empregadas para esse fim, facilitando o controle de acesso pela Polícia Ambiental. Contudo, futuramente, após a cessão de uso público estabelecida, será necessária uma logística específica para

atender às necessidades fundamentais de permanência no espaço, como banheiros, auditório, sala para exposições, espaços de convivência e dormitórios.



Figura 2: CIPPA. Acervo do Pesquisador, 2023



Figura 3: Instituições presentes na ESPAB. Acervo do Pesquisador, 2023



Figura 4: CIPPA-PS. Acervo do Pesquisador, 2023



Figura 5: CETAS/IBAMA. Acervo do Pesquisador, 2023.



Figura 6: CETAS/IBAMA. Acervo do Pesquisador, 2023.



Figura 7: CETAS/IBAMA. Acervo do Pesquisador, 2023.



Figura 8: UFSB. Acervo do Pesquisador, 2023.



Figura 9: UFSB. Acervo do Pesquisador, 2023.



Figura 10: Trilha da Jindiba. Acervo do Pesquisador, 2023.



Figura 11: Trilha da Jindiba. Acervo do Pesquisador, 2023.



Figura 12: Trilha do Rio do Manguê. Acervo do Pesquisador, 2023.

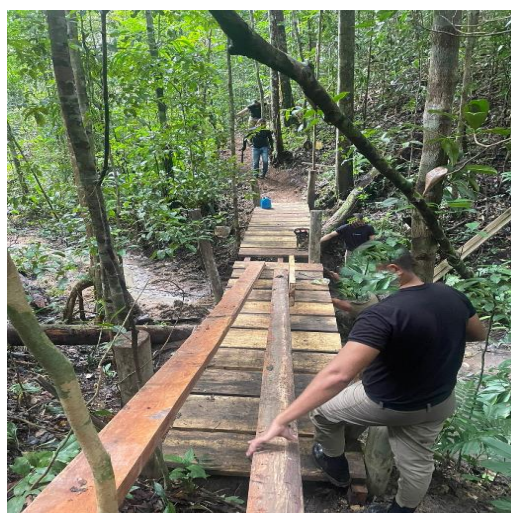


Imagem 13: Trilha do Rio do Manguê. Acervo do Pesquisador, 2023.

Uma estrutura de trilhas existentes compõe boa parte de sua logística nas atividades de Contemplação e Educação Ambiental. Estas trilhas têm sido manejadas para o tráfego seguro de pessoas em seu interior. Uma iniciativa dos policiais ambientais da CIPPA-PS, que em conjunto com os vários órgãos de fiscalização e proteção ambiental, desenvolvem atividades diversas em seu interior. A ESPAB dispõe das: Trilha da Jindiba (Figura 10 e 11), Trilha do Rio do Manguê (Figura 12 e 13) e Trilha

do Pequi (Figura 14 e 15). Esta última com cerca de 6kms de extensão, sendo a maior delas, mas desativada por conta de um projeto de reinserção de Queixadas (*Tayassu pecari*) no interior da ESPAB, que pode vir a trazer riscos para os humanos e animais tendo em vista o caráter reativo da espécie que está ocupando parte do trajeto da trilha.



Figura 14: Trilha do Pequi. Acervo do Pesquisador, 2023. Figura 15: Trilha do Pequi. Acervo do Pesquisador, 2023.

4.3 Coleta dos dados

A coleta de dados foi conduzida por meio de um formulário *online*, divulgado através das redes sociais dos participantes e do pesquisador, com disponibilidade por 60 dias, de fevereiro a abril de 2023. O processo de disseminação e divulgação para o preenchimento das perguntas ocorreu ao longo de todo o período em que o formulário esteve disponível na plataforma.

A seleção dos participantes foi realizada a partir do levantamento de informações no banco de dados da Companhia Independente de Policiamento e Proteção Ambiental de Porto Seguro (CIPPA-PS), que registra dados sobre as pessoas que trabalham nos espaços da Estação Ecológica do Pau Brasil, seja individualmente ou em grupo. Esse banco de dados possibilitou traçar perfis dos trabalhadores locais, além de incentivar a participação efetiva deles ao responder à pesquisa, constituindo assim o grupo de participantes da pesquisa.

A partir da fala dos participantes da pesquisa, foram coletados os dados por meio de recursos online, sem a necessidade de encontros presenciais, ou interferências nas respostas adquiridas, tendo em vista que os respondentes do

questionário descreveram suas respostas a partir de suas próprias impressões, conceitos e perspectivas.

Descreve-se abaixo o detalhamento do instrumento e conteúdo da coleta de dados.

4.3.1 Instrumento de Coleta de Dados

Para a coleta dos dados, foi utilizado o *Google Forms*, software gratuito de criação de formulários on-line, disponível para indivíduos que possuem conta na plataforma Google, de acesso possível por vários aparelhos eletrônicos, inclusive celular. Todos os participantes receberam uma declaração de responsabilidade, com a apresentação da pesquisa, seus objetivos e o local para a anuência na participação (Apêndice A). Caso não houvesse a anuência, e a resposta fosse não, a etapa se encerrava sem o recebimento dos outros formulários.

A sequência de apresentação dos questionários na plataforma foi a seguinte:

- 1) Declaração de Responsabilidade (DR) – Apêndice A;
- 2) Perfil da (o) participante - Apêndice B;
- 3) Atividades na ESPAB - Apêndice C;
- 4) Dados de qualidade de vida e saúde – Apêndice D, e
- 5) Síntese de qualidade de vida – Apêndice E.

Os dados foram obtidos por meio da escrita e afirmações das(os) participantes, a partir de suas experiências, vivências e certezas, e como toda fala humana, pode haver contradições, repetições e enganos.

4.3.2 Pré-teste e correção de problemas

Inicialmente, houve uma fase de pré-teste para avaliar os questionários, utilizando uma pequena amostra. Esse processo de análise foi realizado virtualmente em um período de sete dias. Após os ajustes, houve uma última fase de análise por mais três dias. Esta etapa consistiu em testar o questionário em relação a omissões e ambiguidades. A realização do pré-teste teve como fim prever os problemas e dúvidas que poderiam surgir durante o preenchimento do questionário.

Descreve-se abaixo o conteúdo de cada um dos questionários.

4.3.3 Perfil dos Participantes

Este questionário versa sobre os dados sociodemográficos dos(as) participantes relativos ao sexo, faixa etária, escolaridade, além da participação na ESPAB, o tempo comum de permanência, e local onde reside (Apêndice B).

4.3.4 Participação em Atividades no Interior da ESPAB e Percepção do Uso da Unidade

Este questionário da pesquisa incluiu dados relativos ao envolvimento do participante em atividades no interior da ESPAB, e as questões se centralizaram na frequência com que faziam atividades nesta ou outra Unidade de Conservação, duração, turnos e ambiente preferido para suas práticas (Apêndice C).

Ainda neste quesito, outra questão aferiu suas percepções sobre a relação com a natureza, e quais outras atividades poderiam contribuir para fomentar vivências, promover saberes, bem-estar, e interação com a biodiversidade de forma sustentável (Apêndice C).

4.3.5 Percepções dos Participantes sobre Qualidade de Vida

Nessa sessão, o questionário abordou os seguintes temas: o que é qualidade de vida, o que é partilhar do convívio da natureza num ambiente de conservação, como percebiam a sua qualidade de vida a partir dessas vivências, e se o aprendizado sobre a biodiversidade modificou algo em sua vida. O participante escreveu livremente suas respostas em formato de texto (Apêndice D).

Após a abordagem qualitativa, houve a aplicação do questionário estruturado.

Aplicou-se o questionário do WHOQOL - *The World Health Organization Quality of Life*, versão curta, para a diagnose da Qualidade de Vida. O WHOQOL-Bref dispõe de 26 questões, sendo duas delas gerais sobre qualidade de vida/satisfação com a saúde e as demais visavam as 24 facetas que compõem o instrumento original (Apêndices D e E).

Esse questionário contém 4 domínios: Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio Ambiente. As respostas seguiram a escala Likert: 1 – Nada; 2 – Muito pouco; 3 – Mais ou menos; 4 – Bastante; e 5 – Extremamente (RONCADA et al., 2015). No domínio “*Físico*”, as facetas eram: Dor e desconforto; Energia e fadiga; Sono e repouso; Mobilidade; Atividades da vida cotidiana; Dependência de medicação ou de tratamentos; Capacidade de trabalho. No domínio “*Psicológico*” foram considerados: Sentimentos positivos; Pensar, aprender, memória e concentração; Autoestima; Imagem corporal e aparência; Sentimentos negativos; Espiritualidade/religião/crenças pessoais. No domínio “*Relações Sociais*”: Relações pessoais; Suporte (Apoio) social; Atividade sexual. No domínio “*Meio Ambiente*” identificou-se: Segurança física e proteção; Ambiente no lar; Recursos financeiros; Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade; Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades; Participação em, e oportunidades de recreação/lazer; Ambiente físico - poluição/ruído/trânsito/clima; Transporte (FLECK, et al, 2000; RONCADA et al., 2015).

Foi feita uma síntese destes dados, agrupando em categorias e quantificando em uma tabela de frequência.

5. RESULTADOS e DISCUSSÃO

5.1 Pré-teste

Os resultados do pré-teste foram analisados para o conhecimento das limitações do instrumento e os problemas observados foram corrigidos, tais como alterações e substituição de palavras para melhor compreensão e organização das perguntas. Em seguida, o questionário revisado foi novamente testado. Após o novo pré-teste, os questionários foram finalizados e aplicados, e os resultados estão descritos a seguir.

5.2 Perfil Sociodemográfico

No universo de 189 cadastros nos relatórios de frequência na ESPAB da Companhia Independente de Policiamento e Proteção Ambiental, Porto Seguro

(CIPPA-PS), 51 indivíduos que trabalham no local (48 do sexo masculino e 03 do sexo feminino) responderam ao questionário de forma online, através de link da plataforma *Google Forms*, representando 27% do total de cadastrados nesta UC (Tabela 1).

Na Tabela 1, observa-se a frequência das variáveis sociodemográficas relacionadas à amostra estudada, na qual houve predominância do sexo masculino (94,1%).

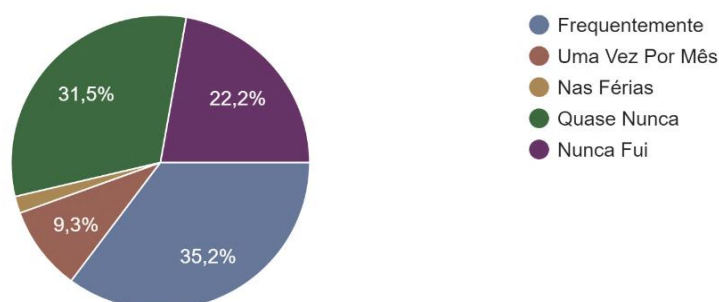
Tabela 1 - Características sociodemográficas dos Participantes da Pesquisa.

Variável	Descrição	Frequência
Sexo	Masculino	94,1%
	Feminino	5,9%
Cidade	Porto Seguro - BA	35,7%
	Eunápolis - BA	7,1%
	S. C. Cabrália – BA	1,7%
	Itabuna - BA	10,7%
	Itamarajú – BA	1,7%
	Ilhéus – BA	32,1%
	V. da Conquista	3,5%
Escolaridade	Nível Superior	100%

Dentre os participantes da pesquisa, 76,8% declaram ter conhecimento da ESPAB, sendo que os demais desconhecem suas características, fauna e flora contida em seu interior, e alguns declararam sequer saber o nome da ESPAB (23,2%).

Quando perguntados sobre a frequência com que vão a ESPAB, 02 pessoas alegaram não terem ido lá, justamente por desconhecer o nome, ou a referência dada no questionário sobre a CEPLAC (Hoje extinta), e os demais responderam segundo a ilustração da Figura 16 exposta abaixo.

Figura 16 – Frequência e Permanência dos Participantes da Pesquisa na ESPAB.

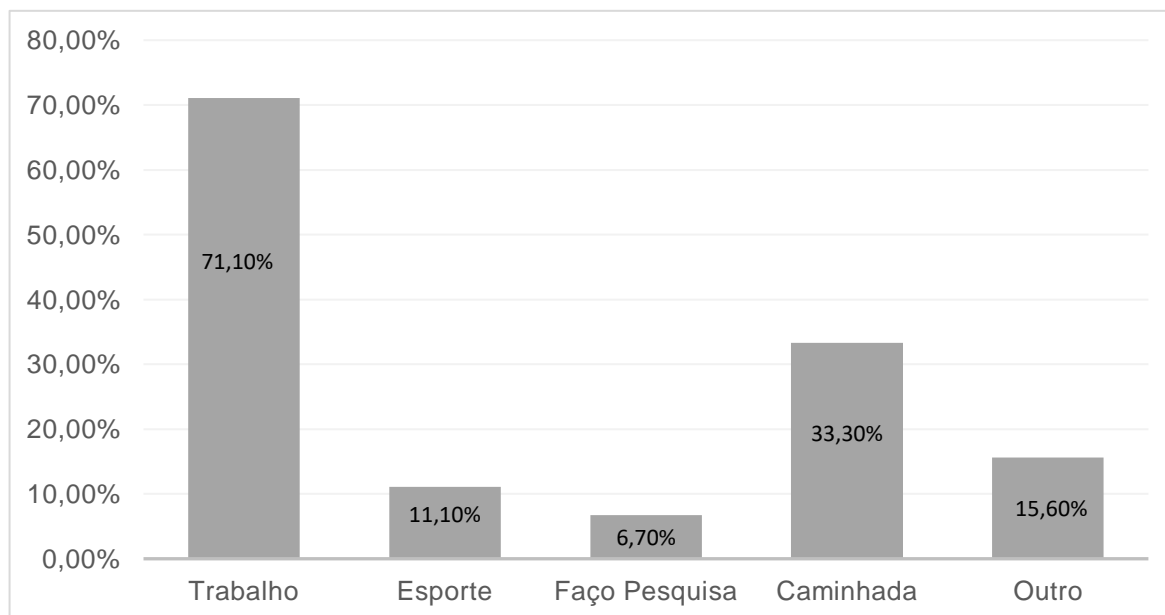


Vê-se ao observar a Figura 16, que os participantes da pesquisa, mesmo estando com relativa frequência na ESPAB como os integrantes da CIPPA-PS e CETAS/IBAMA, além de pesquisadores da UFSB, alegam múltiplas afirmativas quanto a sua visitação. Apesar de ser um questionário aplicado a trabalhadores da ESPAB, algumas pessoas responderam que nunca foram na Estação. É estranho que existam respostas de pessoas que nunca estiveram na estação, porque todos os respondentes trabalham na mesma. Isto pode reforçar a ideia de que o nome da estação não é consolidado, e o histórico e a importância regional da unidade não seja conhecida por vários trabalhadores das instituições de seu interior.

Sobre os horários de visitação, a amostra evidenciou que 52,1% não tem horário definido, 20,8% frequentam no período da manhã, 14,6% permanecem o período diurno inteiro, 10,4% em escalas de 24hs, e 2,1% no período vespertino.

Perguntados sobre quais atividades costumam praticar na ESPAB, as repostas seguiram o exposto na Figura 17, exposta a seguir.

Figura 17 – Atividades Praticadas Na ESPAB.



Do total, 01 (uma) pessoa não se manifestou, e as respostas no campo “OUTRO”, foram as seguintes:

- “Visita a trabalho”;
- “JORNADA DE INSTRUÇÃO MILITAR – Curso de Formação de Soldados Policiais Militares – CFSD”;
- “Ciclismo”;
- “Dou treinamento, cursos curtos, instruções militares diversas, soltura de animais, encaminhamento animais silvestres para o CETAS/IBAMA, entre outras atividades”.
- “Pratico exercícios físicos esporadicamente”;
- “Só estive lá uma vez”;
- “Observação de fauna e flora”;
- “Faço Pesquisa”.

Os dados mostram que a maioria das respostas está relacionada a categoria “trabalho”, principalmente por soldados policiais. Esta pesquisa foi realizada com trabalhadores da unidade, e a CIPPA parece a instituição mais representada na amostra. No entanto, estas informações são importantes para um futuro Programa de Uso Público/Educação Ambiental, que pode estimular a utilização da Estação para atividades direcionadas a um público externo, tendo os (as) trabalhadores das

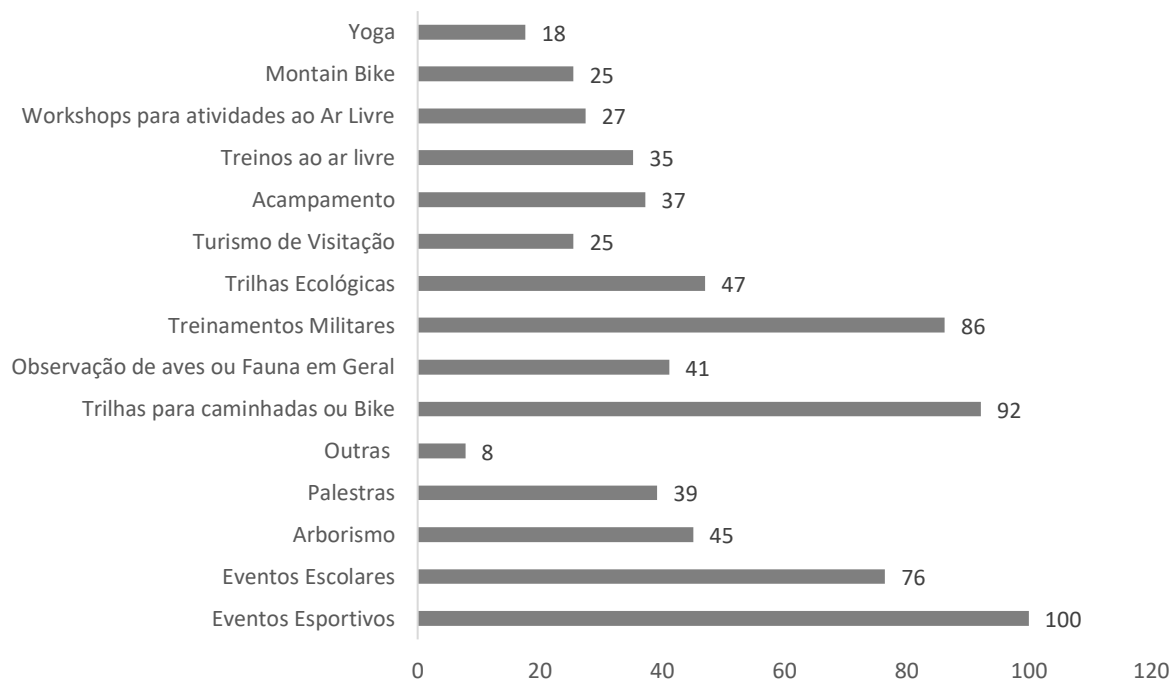
instituições presentes no seu interior envolvidos como parceiros no desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental ou também como público-alvo.

Ao responderem a pergunta: **Sente que aprende mais sobre a natureza ao ter contato com a Estação Ecológica do Pau Brasil?**

27,9% (10 pessoas) preferiram não se manifestar. Dentre os 82,1% (46 indivíduos) restantes, 95,7% (44 pessoas) responderam que aprendem mais sobre a natureza ao terem contato com a ESPAB, e as outras 02 (duas) pessoas, 4,3%, declararam que não aprendem ao ter contato com a ESPAB.

Ao serem perguntados: **Quais ofertas de atividades gostaria que houvessem disponíveis na Estação Ecológica do Pau Brasil?** As respostas seguem o exposto na Figura 18.

Figura 18 - Atividades que os participantes gostariam que houvesse disponíveis na ESPAB. (N=51, unidade em porcentagem).



As perguntas dessa parte do questionário permitiram que os participantes pudessem escolher várias alternativas, de maneira que nenhuma de suas aspirações fossem ignoradas por um limite pré-estabelecido pelo método empregado.

As sugestões de quem respondeu a opção “OUTRO” foram:

- “Jiu Jitsu ao Ar livre”;
- “Plantio de mudas”;
- “Ter uma estrutura de uso público poderia prover acantonamento, e ciclos diuturnos de aprendizado, onde, a Educação Ambiental e a prática constante de atividades físicas gerariam um aporte de saúde incomensurável para os usuários do espaço”, e
- “Observação da fauna silvestre”.

Pode-se perceber que as atividades mencionadas pelos participantes da pesquisa contemplam os diversos subprogramas de Uso Público, como por exemplo, educação ambiental, interpretação ambiental ou da natureza, ecoturismo, pesquisa, recreação. Algumas dessas não se enquadram nas atividades permitidas para a categoria Estação Ecológica (BRASIL, 2000). Isto indica que para o desenvolvimento dessas atividades existe a necessidade da elaboração de um “plano de manejo” para a Estação, que a partir dos diversos estudos, zoneamento, normas e programas considere a ideia de uma maior abertura e organização da estação, e que considere o uso público entre seus programas de gestão. O Programa de Uso Público desempenha importante papel na integração e interlocução entre as equipes técnicas das unidades de conservação e os diversos segmentos da comunidade, através de oficinas participativas para o seu planejamento.

Ao serem perguntados: **Na sua opinião, frequentar a Estação Ecológica do Pau Brasil faria as pessoas valorizarem mais a sua existência?**

Num total de cinquenta (51) pessoas participantes, sendo que 47 delas (92,1%) disseram que SIM, 03 (três) responderam “TALVEZ”, e 05 (cinco) fizeram sugestões, e 01 (uma) pessoa preferiu não responder.

As cinco sugestões para aumento da valorização da ESPAB feitas pelos participantes da pesquisa foram:

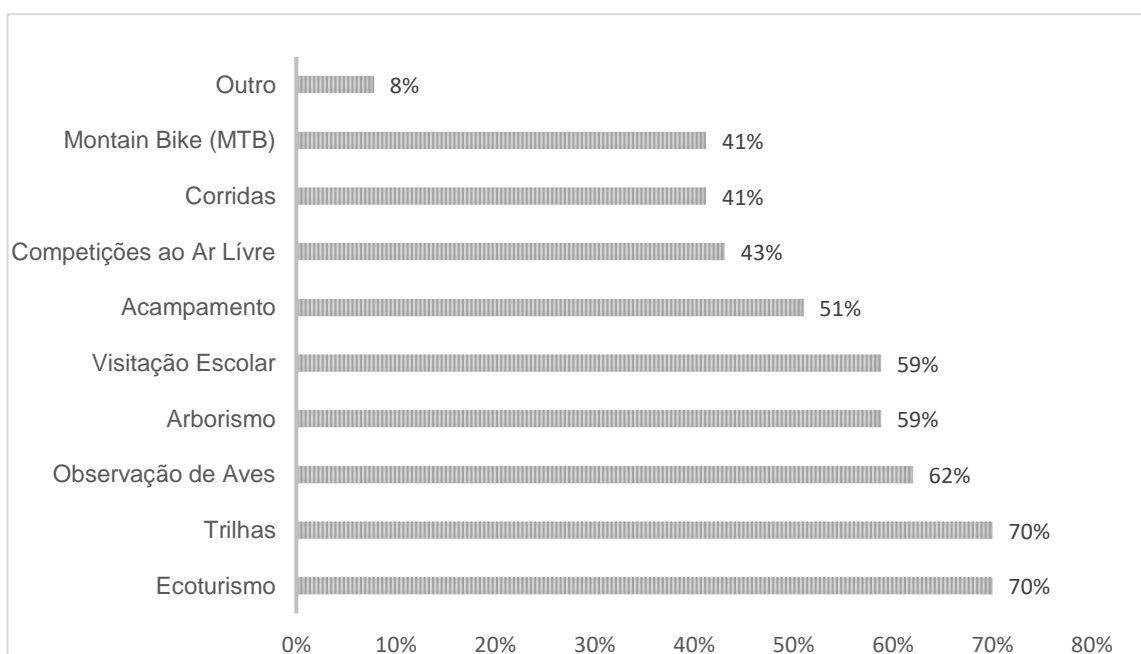
- “Realizar mais propagandas sobre a estação e seus benefícios”;

- “Amplia a conexão das pessoas com a natureza”;
- “Que a estação ecológica seja um espaço de constante Educação Ambiental”;
- “Transformar num parque ecológico”, e
- “Espaço gratuito para melhoria da qualidade de vida”.

As respostas indicam a necessidade de um programa de comunicação e educação ambiental, através da elaboração de atividades/informações educativas, interpretativas e informativas sobre a Estação Ecológica, para serem divulgadas nos diversos meios de comunicação e nos respectivos subprogramas de uso público da Unidade. Algumas, das muitas possibilidades são: centro de visitantes; trilhas interpretativas; materiais pedagógicos; folders e folhetos; comunicação visual – painéis interpretativos, vídeos, outras mídias; cursos e capacitações, eventos culturais e históricos, feiras com produtos locais que enfatizem a temática ambiental, entre outros a serem pesquisados nos estudos e nas oficinas, elaborados participativamente.

Ao serem perguntados: **Se uma empresa oferecesse atividades na Estação Ecológica do Pau Brasil, quais você acharia necessárias?** As respostas foram as dispostas na Figura 19.

Figura 19 - Atividades indicadas pelos participantes para a Estação Ecológica do Pau Brasil a serem oferecidas por uma empresa terceirizada.



Na opção “OUTRO”, 04 (quatro) participantes responderam, sendo que um trouxe a seguinte afirmação: “Corrida rústica; observação com uso de lunetas; elevações suspensas para trânsito entre as árvores”.

Bem como a Figura 19 nesta etapa houve a liberdade para escolhas múltiplas aos participantes da pesquisa conforme indicam os percentuais neste gráfico. Novamente, identificamos que as atividades escolhidas se enquadram nos diversos subprogramas de uso público – educação ambiental, interpretação ambiental ou da natureza, ecoturismo / turismo ecológico, recreação -, algumas delas não recomendadas para a categoria de Estação Ecológica (unidade de conservação de proteção integral). Isso demanda a necessidade da realização de estudos dos fatores abióticos e bióticos, sociais, econômicos, culturais, históricos, paisagísticos, serviços ecossistêmicos, entre outros, que são relevantes ao conhecimento de toda a área (ICMBio, 2018, p. 26). A partir desses estudos são realizados o zoneamento e elaborados os programas de gestão para a unidade. Para tanto, já existem metodologias específicas nos órgãos gestores, como o ICMBio e outros, que norteiam a elaboração de planos de manejo. Nessas metodologias são contemplados estudos e reuniões técnicas e públicas com envolvimento de pesquisadores, técnicos e grupos representativos da comunidade.

Ao responderem a seguinte pergunta: **Frequentar a Estação Ecológica do Pau Brasil melhora a sua disposição para o trabalho?**

- 79,2% declararam que “SIM”. Se sentem mais dispostos para o trabalho;
- 18% responderam “NÃO FAZ DIFERENÇA PARA MIM”, e
- 2,1% Disseram que “NÃO”.

Apesar de a relevância desses dados, indicamos que há necessidade de futuros estudos e de outros métodos para aferir e compreender o quanto esse contato com a natureza atua na qualidade de vida das pessoas.

Ao responderem à pergunta: **Quanto você sente que aprende sobre a natureza a cada nova visita?**

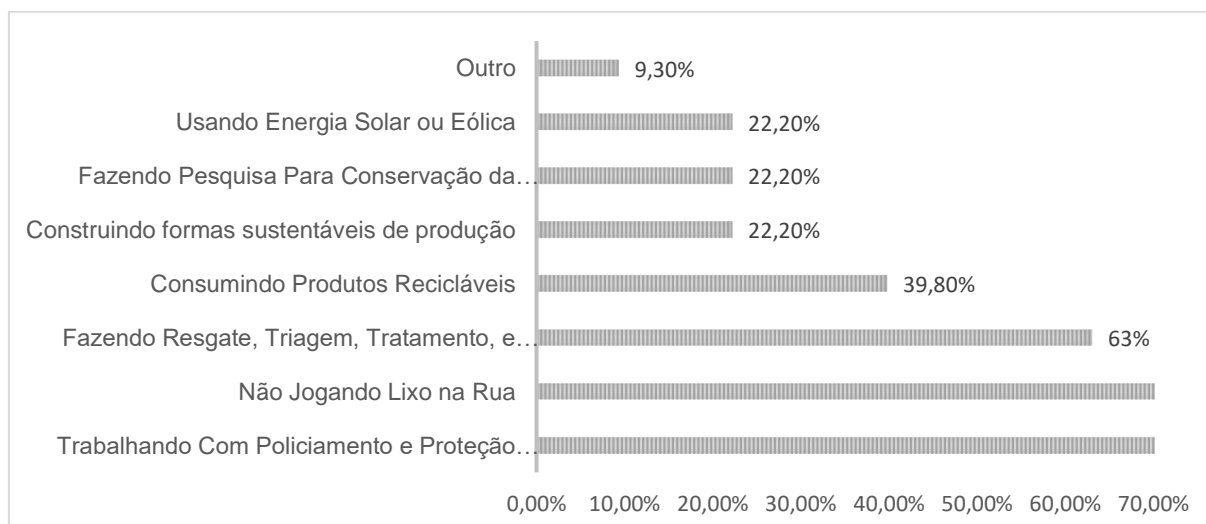
- 50% respondeu “MUITO”;
- 41,3% respondeu “UM POUCO MAIS A CADA VISITA”;

- 2,2% respondeu “NÃO APRENDO NADA”, e
- 6,5% respondeu “OUTRO”, que alegaram desconhecer, ou não conhecer o suficiente para emitir opinião, por não terem uma frequência ativa na ESPAB.

Estas respostas parecem indicar um interesse da maioria dos participantes na estação, mas haveria necessidade de um aprofundamento das mesmas para que se pudesse concluir qual é o interesse e como se dá a aquisição deste conhecimento pelos trabalhadores que frequentam o local. Nesse sentido, a participação em programas de educação ambiental e interpretação ambiental são estratégias que podem contribuir com a aprendizagem dos conhecimentos específicos e pedagógicos sobre a Estação, considerando os seus aspectos teóricos, afetivos e estéticos.

Perguntados sobre: **Como você ajuda a conservar a natureza?** Os participantes responderam segundo o exposto na Figura 20.

Figura 20 – Como os Participantes da Pesquisa Consideram Ajudar na Conservação da Natureza.



As pessoas que responderam a opção “OUTRO”, trouxeram as seguintes afirmações:

- “Faço compostagem com o lixo orgânico”;
- “Busco aprendizado, e socializo o máximo possível os dados de Educação Ambiental, dentro e fora de espaços de natureza”;

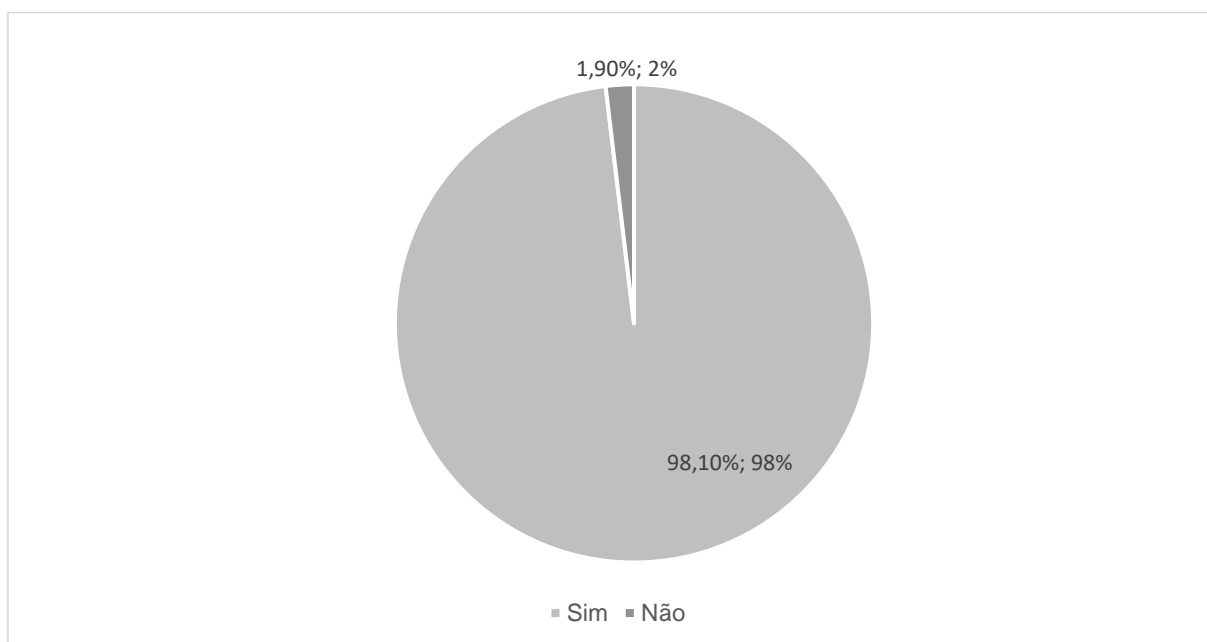
- “Divulgação de ações que favoreçam o meio ambiente, sensibilização de pessoas em grupos de condomínio etc.”;
- “Desenvolvo projeto de compostagem”, e
- “Conscientizando e dando exemplo”.

Observamos que a maioria das respostas mencionam ações de conservação da natureza relacionadas a outros espaços e 22% fazem referência às áreas naturais. Podemos inferir que existe um campo fértil para a potencialização das atividades de educação ambiental tanto dentro como fora dos espaços das áreas protegidas, considerando as atitudes mencionadas em prol da conservação da natureza. São oportunidades do estabelecimento de relações entre outros espaços, tendo as áreas protegidas como referência.

Ao serem perguntados sobre: **Está aberto (a) a mudanças em relação aos seus hábitos de conservação?**

Os participantes responderam segundo os dados ilustrados na Figura 21.

Figura 21 – Participantes da Pesquisa abertos (as) a mudanças em relação aos seus hábitos de conservação,



Ao descreverem seus hábitos ou intenções de hábitos de conservação, as pessoas declararam as seguintes práticas:

- “Triagem de lixo orgânico e comum”;
- “Alimentação saudável com alimentos orgânicos”;
- “Consumo consciente, evitar o uso de sacolas plásticas, compostagem doméstica, entrega de produtos recicláveis no Ecoponto”;
- “Evito utilizar copos descartáveis, embalagens plásticas e não jogo lixo na natureza”, e,
- “Sempre aberto a mudanças e aprendizados”.

A maioria das respostas em relação aos hábitos de conservação parece estar relacionada ao cotidiano das pessoas, ou seja, “o espaço do possível”. Essa manifestação de vontade dos participantes da pesquisa sobre as mudanças de seus hábitos a respeito da conservação, indica a importância de se estabelecer uma agenda de trabalhos sobre Educação Ambiental nesta UC, para que nela, e em muitas outras, e em outros espaços, estas pessoas possam contribuir para as práticas de conservação, especialmente em relação a biodiversidade, e multiplicar o conhecimento sobre sua importância para a manutenção da vida na terra. Nesse sentido, a unidade de conservação poder ser um ponto de referência para outros espaços, através da realização de trabalhos de educação ambiental integrados com os diversos espaços educadores da comunidade do entorno da Estação.

Tabanez (2007, p. 284-285), identificou três aspectos para a abordagem da temática ambiental: “a unidade de conservação como fonte de conhecimento, o conhecimento do conteúdo específico e o senso de observação do professor” (p.284). Observou também que a unidade de conservação foi a referência que possibilitou comparações entre ambiente natural, ambiente agrícola, e ambiente urbano. E que o contato daqueles participantes da pesquisa com a unidade de conservação “pareceu despertar o senso de observação sobre os fenômenos naturais e antrópicos da região [...]”. Verificou ainda que “a proximidade e o contato com a natureza pareceram despertar aprendizagens afetivas importantes para a vida pessoal e profissional dos professores” (p.285).

5.3 Qualidade de Vida na Visão dos Participantes da Pesquisa

Para quantificar o aspecto qualitativo da qualidade de vida dos participantes da pesquisa foi utilizado o instrumento “*WHOQOL-Bref*” com 26 perguntas, com exceção da questão: “*Quão seguro você se sente em sua vida diária*”?, restando portanto, 25 respostas em escala de Likert (de 1 a 5), que são simétricas, e dispõem de um ponto neutro. A escala, em geral, é ímpar. Deste modo, sendo uma escala de 1 a 5, as notas 1 e 2 são negativas, 4 e 5 são positivas, e 3 é neutro. Esses dados constam detalhadamente da Tabela 4, descrevendo em seus domínios, a média e o desvio-padrão dos resultados obtidos.

No domínio 1, a percepção da qualidade de vida dos participantes apresentou as seguintes notas (*média:4, Moda:4, Mediana:4, DP:0,646*), e a satisfação com a saúde (*Média:3,55, Moda:4, Mediana:4, Desvio Padrão:0,711*). Pelas altas pontuações, percebe-se que as pessoas que participaram da pesquisa demonstram que se consideram saudáveis em suas mais diversas vertentes de saúde.

No domínio físico (domínio 2), a maioria das pontuações é positiva, com média no valor 4, indicando que os participantes não sentem desafios neste quesito. A dor (física) ou desconforto limitante (*Média: 3.5536, Moda:4 Mediana:4, Desvio Padrão: 0,711*) e a “Satisfação com o Sono” (*Média: 3.285, Moda:3, Mediana:3, Desvio Padrão: 0.846*) presentes no domínio 2 – Físico estiveram nas pontuações neutras, demonstrando que os participantes da pesquisa sentem “nada” ou “nenhum pouco” de dor ou que necessitam de pouco ou nenhum tratamento para melhorar sua vida diária neste quesito.

Os dados encontrados no domínio 3, que trata do psicológico (*Média:4, Moda:4, Mediana:4, Desvio Padrão: 0.778*) indicam que estão satisfeitos com este aspecto de suas vidas.

No domínio 4 (*Média:4, Moda:4, Mediana:4, Desvio Padrão: 0.752*) percebe-se que os participantes tem um bom grau de satisfação com suas relações pessoais.

Com relação ao domínio 5 – Meio Ambiente, que diz respeito às condições de vida dos participantes em relação ao seu espaço físico e questões logísticas, as menores médias foram para os recursos financeiros (*Média: 3.089, Moda:3, Mediana:3, Desvio Padrão:0.720*) e para disponibilidade e qualidade de acesso aos cuidados de saúde (*Média: 3.089, Moda:3, Mediana:3, Desvio Padrão: 0.858*).

Todavia, mesmo estas médias sendo neutras, demonstram boa relação do indivíduo com o Meio Ambiente (conceituado neste formulário como o ambiente geral onde a pessoa vive), segundo a amostra.

Tabela 2 - Domínios da Qualidade de Vida dos Participantes da Pesquisa.

DOMÍNIOS	Média	Desvio Padrão
Domínio 1 – Qualidade de vida geral		
Qualidade de vida geral: Como você avaliaria sua qualidade de vida?	4	0,64
Você está satisfeito com a sua saúde?	4	0,71
Domínio 2 – Físico		
Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	4	1,04
Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?	4	0,70
Quão satisfeito você está com o seu sono?	3	0,84
Quão bem você é capaz de se locomover?	4	0,54
Quão satisfeito você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?	4	0,64
O quanto você precisa de algum tratamento médico para melhorar a sua rotina diária?	4	0,87
Quão satisfeito você está com sua capacidade para o trabalho?	4	0,65
Domínio 3 – Psicológico		
O quanto você aproveita a vida?	4	0,82
O quanto você consegue se concentrar?	4	0,66
Quão satisfeito você está consigo mesmo?	4	0,84
Você é capaz de aceitar sua aparência física?	4	0,85
Com que frequência você tem sentimentos negativos, tais como maus humores, desespero, ansiedade, depressão?	4	0,87
Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	4	0,66
Domínio 4 – Relações Sociais		
Quão satisfeito você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	4	0,54
Quão satisfeito você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	4	0,63
Quão satisfeito você está com sua vida sexual?	4	0,91
Domínio 5 - Meio Ambiente		
Quão satisfeito você está com as condições do local onde mora?	4	0,71

Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	3	0,72
Quão satisfeito você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	3	0,85
Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	4	0,75
Em que medida você tem oportunidades de realizar atividades de lazer?	3	0,76
Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	4	0,80
Quão satisfeito você está com o seu meio de transporte?	4	0,68

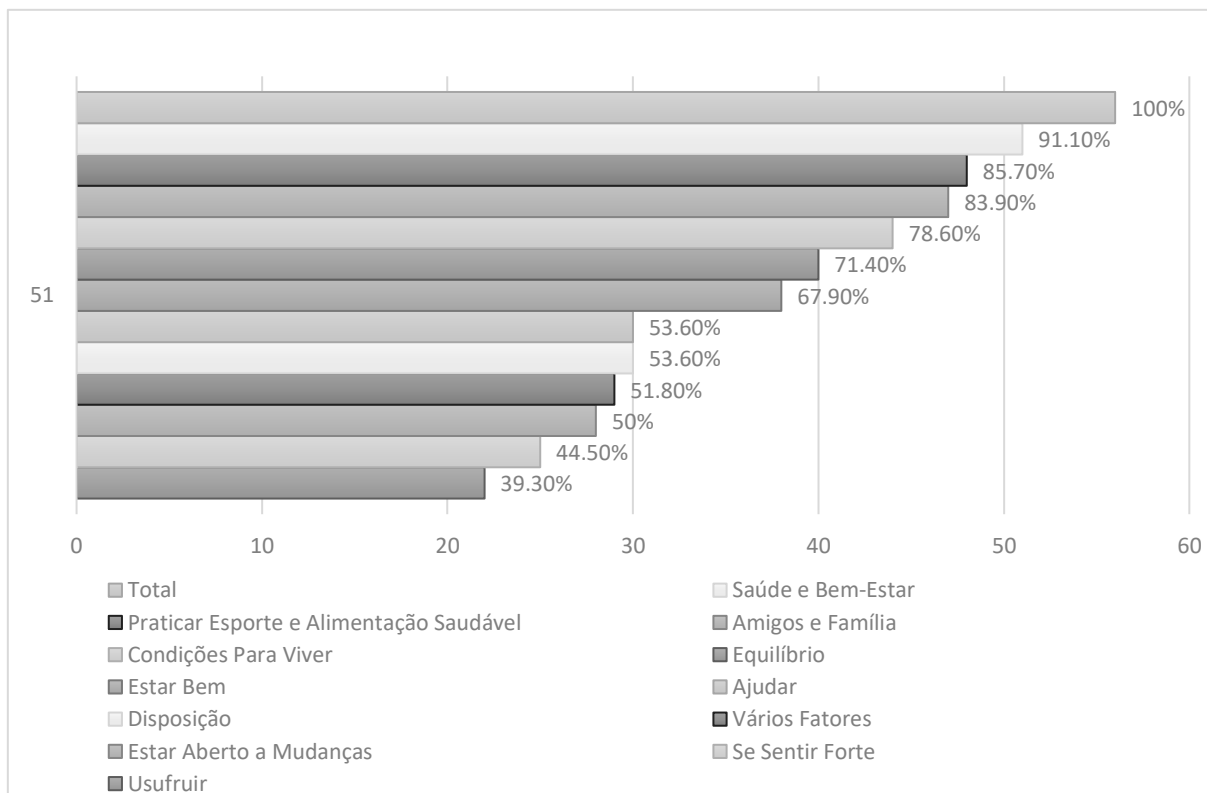
Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

De acordo com outros trabalhos, a média geral de qualidade de vida percebida pelos trabalhadores da ESPAB sobre si mesmos é boa. Pode-se considerar ou levantar a hipótese de que o trabalho em uma área natural traz benefícios, mas não temos dados para concluir esta questão. No momento, temos como resultado um grupo de trabalhadores que está bem fisicamente e psicologicamente, e, neste sentido, podem ser agentes de educação e participar em atividades ao ar livre dentro da unidade. Esses são aspectos importantes para o desenvolvimento de Atividades na Natureza – Educação, Bem Estar e Conservação.

4.4 Síntese dos Dados de Qualidade – Categorização

As falas sobre a qualidade de vida foram agrupadas nas categorias abaixo, apresentadas em um gráfico de frequência. A Figura 22 mostra os principais atributos elencados pelos respondentes sobre o que é a qualidade de vida para eles.

Figura 22 – Síntese das falas sobre Qualidade de Vida dos participantes da pesquisa, agrupadas em categorias.



Os resultados mostram que a saúde e o bem-estar (91,1%) constituem um dos principais significados de qualidade de vida, seguidos por amigos e família (83,9%) e prática de esportes e boa alimentação (83,9%).

Perceber as relações de saúde e aspirações dos participantes da pesquisa relacionadas nos dados, oportuniza um olhar afável a projetos de vivências diversas na ESPAB, para que essas pessoas uma vez engajadas possam proliferar informações sobre a proteção da biodiversidade local pelos espaços que permeiam, e futuramente, tornar esta UC um polo de educação e contemplação ambiental. Estimulando os mais variados públicos, e respeitando suas limitações nos níveis de dificuldade das trilhas e dinâmicas abordadas.

Ao conhecer o perfil de parte dos trabalhadores da ESPAB, e as atividades que sugerem de ser realizadas no Uso Público da UC, pode-se resgatar programas como o de 1992, integrando as instituições que estão em seu interior, como multiplicadoras de conhecimento, e agregando novas parcerias para que a unidade volte a contribuir

para a conservação e conscientização ambiental, como nos tempos da Escola de Educação Ambiental do Pau Brasil.

Além disso, o planejamento de uso público deve considerar as categorias de manejo, as demandas e as realidades do entorno das respectivas UCs. Para a elaboração desses Planos/Programas de Uso Público em Unidades de Conservação existem vários documentos e metodologias. Um desses documentos foi publicado pelo ICMBio, no *Cadernos de Visitação*, denominado “*Orientações Metodológicas para a Elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais*”, em que

“Apresenta diretrizes e orientações técnicas para nortear as equipes de planejamento de uso público quanto às etapas e os procedimentos técnicos do processo de elaboração ou revisão do plano específico de uso público, respondendo às políticas e demandas de estruturação para ampliar a implementação das UC para a visitação” [...] (ICMBIO, 2018, p. 05).

Esses documentos são norteadores, visando atender as legislações vigentes e resguardar a conservação das UCs. No caso específico da ESPAB, como ainda não possui um plano de manejo, apresentamos algumas observações a partir dos achados no presente estudo.

6. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

A Estação Ecológica do Pau Brasil foi criada a partir da publicação do **Decreto** n.º 6.228 (21/02/1997), e foi destinada a ser uma Estação Ecológica, dando a esta o status de proteção permanente. Esta categoria inviabiliza boa parte das propensões dos participantes da pesquisa, relativas a atividades possíveis de serem implementadas em seu interior, haja vista que só atividades de Educação Ambiental podem ser praticadas legalmente.

O diagnóstico do Instituto SEMEIA publicado em 2023, indica boa parte das UC's do Brasil sofrem com questões relacionadas a vocação para implementação de atividades que pudessem aumentar o contato de pessoas de um modo geral com a natureza e melhorar sua forma de contemplá-la, vieses restritivos de proteção aos quais essas UC's estão sujeitas (INSTITUTO SEMEIA, 2023).

Outrossim, ocorre no Parque Nacional da Pedra Branca, no Estado do Rio de Janeiro que tem suas cachoeiras visitadas por banhistas, sempre que a temperatura no Estado aumenta muito, evidenciando as mudanças climáticas e corroborando com a ideia exposta nesse parágrafo, visto que o PNDPB também tem status de proteção permanente. No entanto, o que o diferencia é que a categoria parque, desde que aprovadas no Plano de Manejo, podem ser desenvolvidas atividades de recreação (PELLIN, *et al*, 2014)

Como já expusemos, no Art. 7º do SNUC: “as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: I - Unidades de Proteção Integral; II - Unidades de Uso Sustentável”. No § 1º O objetivo básico das unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (BRASIL, 2000).

No contexto das Unidades de Conservação de Uso Integral, temos as diversas categorias. O Art. 9º preconiza que a “Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas”, e no § 2º “É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico”.

Ao realizarmos os estudos bibliográficos sobre a Estação para esta pesquisa nos deparamos com a falta de informações científicas. Em função desses aspectos, identificamos a importância da realização de estudos específicos para a obtenção de mais conhecimentos sobre a Estação Ecológica do Pau Brasil, para o planejamento dos diversos programas de gestão, inclusive o de Uso Público.

Os dados deste diagnóstico, indicam a necessidade de mencionar sobre a ausência da cessão de uso público na unidade, pois até o momento não foi definida. Mas, ao que tudo indica, será compartilhada pela Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, a Companhia Independente de Policiamento e Proteção Ambiental – Porto Seguro - CIPPA-PS, e o Centro de Triagem de Animais Silvestres do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – CETAS/IBAMA. O plano de manejo, a priori, está sendo discutido pelas três instituições junto a Superintendência do Patrimônio da União – SPU, que por sua vez, decidirá sobre a cessão de uso público, e como ela ocorrerá.

As três instituições já se fazem presentes no interior da UC desde antes da extinção da autarquia que, após extinta, gerou esse período sem cessão de UP, e desenvolvem atividades de pesquisa, triagem e soltura de animais silvestres, treinamentos de especialização em policiamento ambiental, e atividades de Educação Ambiental, por vezes em conjunto, inclusive. E, apesar de suas atividades distintas, todas trabalham, direta ou indiretamente, para a manutenção da biodiversidade, podendo também, a partir desse plano de manejo a ser elaborado, desenvolver um programa sustentável de Educação Ambiental multi colaborativo, seja nas trilhas já existentes e recentemente beneficiadas, como a Trilha do Rio do Mangue (A mais frequentada) e a Trilha do Pequi (Mais longa e com maior dificuldade no trajeto), seja em núcleos de amostragem de dados sobre a fauna e flora locais, e meios de colaborar com a Contemplação e Educação Ambiental.

Após a coleta dos dados neste estudo, houveram iniciativas inesperadas no que diz respeito a EA. Através de iniciativa da CIPPA-PS, que em contato com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Seguro – SEMMA, o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e, com o Núcleo de Educação Ambiental da RPPN Veracel, organizou juntamente com estas instituições um projeto durante a Semana do Meio Ambiente em 2023, em que receberam centenas de crianças da rede pública municipal de Porto Seguro. Estes estudantes foram recebidos por profissionais dos órgãos citados acima, e ouviram palestras sobre meio ambiente, visitaram a exposição com painéis, banners, réplicas de animais da fauna silvestre local, além de percorrer trilhas ecológicas e vivências diversas, todas no interior da Estação Ecológica do Pau Brasil.

Pode-se dizer que esta atividade relembra o período em que chamavam a Estação de a Primeira Escola de Educação Ambiental do Brasil, há muitos anos. Pôde-se inclusive ver pessoas que reviveram esses momentos, como os técnicos dos órgãos públicos que lá se fizeram presentes, ou mesmo professores da rede pública municipal, que rememoraram as suas melhores lembranças e se emocionaram, contando o quanto esses momentos contribuíram para sua formação enquanto cidadãos e ambientalistas. As vivências das pessoas que participaram desta ação conjunta e contaram suas experiências, deixa clara a importância de se partilhar

momentos de aprendizado em espaços de natureza, e o quanto ainda é possível contribuir para que outras gerações disponham de um olhar mais afável sobre nossa riqueza biodiversa, e possam se aliar as ações de ensino-aprendizagem e ativismo, de maneira relevante e enriquecedora.

Outro resultado pessoal ao realizar o mestrado na ESCAS e este estudo foi conhecer mais sobre a Estação e identificar como poderei contribuir a partir do desenvolvimento da minha prática profissional de proteção ao meio ambiente associando educação ambiental.

A realização de estudos sobre a Estação seria relevante para se pensar na recategorização da estação de maneira a contemplar as melhores condições para o uso público em suas diversas vertentes, sempre tendo em vista a conservação da flora e fauna, além das inúmeras histórias que fazem parte do legado da ESPAB, e da correlação delas com o Território de Identidade da Costa do Descobrimento. Desenvolvendo pesquisas que contribuam com a conservação da biodiversidade local, e enriqueçam diagnósticos para decisões sobre a categoria mais adequada a esta unidade de conservação que além das tantas contribuições do passado, poderá enriquecer com conhecimento e benefícios a quem com ela tiver contato. Essa recategorização poderá direcionar os tipos de atividades de uso público, as zonas de manejo e as normas específicas.

Além do exposto, a Estação é bem localizada e fácil de ser encontrada, possuindo pavimentação até sua entrada, e dispõe de estrutura técnica para receber pessoas de todas as idades. No entanto, os contrapontos, são sua estrutura física para uso público, como por exemplo, a construção e implantação de centro de visitantes, prédio com sanitários, área para lanches, projetos de sinalização e comunicação visual, áreas de descanso (hoje inexistente), e as implicações legais, por seu status de Estação Ecológica a tornar uma UC de proteção integral e não permitir ações outras que não as de Educação Ambiental. A não existência de um Plano de Manejo e a análise de uma recategorização nos dá a impressão de que o espaço não está sendo tão bem aproveitado como poderia, pois o potencial de implantação de inúmeras atividades de uso público é grande, assim como o desejo dos profissionais que trabalham em seu interior.

Embora tenha sido criada antes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e com objetivos específicos vinculados ao Ministério da Agricultura e Abastecimento, vigentes à época, a ESPAB desempenha um papel no Território como UC de Proteção Integral, articulando-se com outras UCs, como: a Reserva Particular do Patrimônio Natural, Estação Veracel – RPPN e ao Parque Nacional do Descobrimento – Parna do Descobrimento, realizando diferentes processos educativos, guardando as nascentes do Rio do Mangue, e seus pequenos afluentes.

Deste modo, a parceria com as instituições de ensino formal, na ESPAB, e a participação das instituições presentes: CIPPA-PS, CETAS/IBAMA, e a UFSB, que com seus corpos técnicos podem desenvolver programas produtivos de EA em seu interior, utilizando e aprimorando os espaços cedidos e desenhando um Plano de Uso Público que, bem como seu Plano de Manejo, podem contribuir sobremaneira para reduzir os impactos ambientais desta região carregada de riquezas biológicas e históricas.

7. LITERATURA CITADA

ALVES, D. M. G. et al. Em busca da sustentabilidade educadora ambientalista. **ambientALMENTEsustentable**, vol. I, n.9-10, pp.7-35, 2010.

BARBIERI, F.; PASQUALI, Í.S.R.; MACHADO, P.R.M.; RABENSCHLAG, D.R. Diagnóstico das atividades de Educação Ambiental em Unidades de Conservação: propondo ações no contexto atual. **Revista Monografias Ambientais**, v. 17, p.e9, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 8 de Outubro. 2022.

BRASIL. **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal**, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio. **Orientações metodológicas para a elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais**. Brasília, DF, 2018, 19 p. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/parnasaojoaquim/images/stories/ORIENTACOES_PUP_ICMBIO.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

CAMPONOGARA, S.; RAMOS, F. R. S.; KIRCHHOF, A. L. C. Reflexões sobre o conceito de natureza: aportes teórico-filosóficos. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 18, 2013.

CECIM, P. E. S.; ARAÚJO NETO, V. M.; CASTRO JÚNIOR, M. C.; VIEGAS, A. P. V.; ZELL, R. G. A.; JAMIELNIASKI, R. A. K.; BOAS, G. P. V.; NEGRÃO, J. V. C.; DINIZ, A. B. S.; SILVA, S. M. Análise do perfil epidemiológico dos praticantes de corrida de rua em Belém-PA. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 6, p. 15944-15958, 2020.

CHAPE S., SPALDING M., JENKINS M.D. The World's Protected Areas. Prepared by the UNEP World Conservation Monitoring Centre. University of California Press, Berkeley, USA. Vol1, N1, p389, 2008.

DA CRUZ, C.A.; SOLA, F. As Unidades de Conservação na perspectiva da Educação Ambiental. **Ambiente e Educação - Revista de Educação Ambiental**. UFSC, São Carlos, v.22, n. 2, p. 208–227, 2018.

ENCEA. **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no SNUC**. ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (ENCEA).

ENCEA - Departamento de Educação Ambiental (DEA/SAIC). Ministério do Meio Ambiente Ministério do Meio Ambiente – Esplanada dos Ministérios. V.1, N.1, P01-14, Brasília, 2010.

FLECK, M. P. A.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida “WHOQOL-bref”. **Revista de saúde pública**, v.34, n.2, pp.178-183, 2000.

HOEKSTRA, J. M. BOUCHER, T. M. RICKETTS, T. H. ROBERTS, C. Enfrentando uma crise de bioma: disparidades globais de perda e proteção de habitat. *Ecol Lett. Cartas de Ecologia*. Vol 8, N.1, p :23 – 29, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227792901_Hoekstra_JM_Boucher_TM_Ricketts_TH_Roberts_C_Confronting_a_biome_crisis_global_disparities_of_habitat_loss_and_protection_Ecol_Lett. Acesso em: 22/12/2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Porto Seguro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-%20demografico-2022.html>>. Acesso em: 11/22/2023.

ICMBIO. **Estratégia de Monitoramento e Avaliação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais**. Vol. 1, Pag.20, 2016. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publicações_da_COEDU/PRODUTO_4_-_Estrategia_de_Monitoramento_e_Avaliac_o_FINAL.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

ICMBIO. **Diretrizes e Orientações Metodológicas para planejamento e implementação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais e Centro de Pesquisa e Conservação do ICMBio**. 2018. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publicações_da_COEDU/PRODUTO_1__Diretrizes_e_Orientações_Metodológicas_de_EA_em_UCs_FINAL.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

INSTITUTO SEMEIA. **DIAGNÓSTICO DO USO PÚBLICO EM PARQUES BRASILEIROS: A PERSPECTIVA DA GESTÃO**. 6ª Edição, p, 1-70, v6, São Paulo, 2023. Encontra-se em: <https://semeia.org.br/wp-content/uploads/2023/04/diagnostico-do-uso-publico-em-parques-brasileiros-2023.pdf>. Acesso em: 30/01/2024.

IPBES (2019): **Suggested Citation For The Summary For Policymakers**: Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (EDS.). IPBES secretariat, Bonn, Germany. 56 pages. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3553579> Acesso em: 22/12/2023.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7710716/mod_resource/content/1/Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%3%ADfca.pdf>. Acesso em: 11/12/2023.

LAYRARGUES, P. P. (ORG.). **Identidades Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - Diretoria de Educação Ambiental, p.156, 2004.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O sujeito Coletivo Que Fala**. Faculdade de Saúde Pública da USP. *Comunic, Saúde, Educ*, v.10, n.20, p.517-24, jul/dez, 2005.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. Discourse of the collective subject: social representations and communication interventions. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 23, n.2, 2014.

LIMA, A. L. R.; ZAPELINI, C.; SCHIAVETTI, A. **Governance of marine protected areas of the Royal Charlotte Bank, Bahia, east coast of Brazil**. *Ocean and Coastal Management*, Amsterdã, v. 207, n. June 2020, 2021.

LOUREIRO, C. F. B.; CONCEIÇÃO CUNHA, C. Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação. **Prânsis**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 35–42, 2008.

MACHADO, R. **Educação Ambiental e Contra-hegemonia na gestão de Unidades de Conservação**: Contribuições em diálogo com categorias de Antonio Gramsci. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental), USP, São Paulo, 2020.

MADEIRA, F. B. et al., **Estilos de vida, habitus e promoção da saúde**: algumas aproximações. *Saúde soc.* Vol.27, N.1, Jan-Mar 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170520>>. Acesso em: 22/12/2023.

MATAREZI, J. Estrutura e Espaços Educadores. In: FERRARO JÚNIOR, L.A. (org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/19488>>. Acesso em: 11/12/2023.

MMA 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP. DECRETO Nº 5.758, DE 13 DE ABRIL DE 2006. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/estruturas/205/_arquivos/planonacionaareasprotegidas_205.pdf> Acesso em: 22/12/2023.

NOVICKI, V. Educação para o Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis? **Linhas Críticas**, Brasília, v.15, n.29, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/lc.v15i29>>. Acesso em: 11/12/2023.

TABANEZ, M. F. **Aprendizagem profissional da docência: repercussões de um projeto de políticas públicas em educação ambiental**. 2007. 303 f. Tese (Doutorado em Metodologia de Ensino) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

TAVARES, J.M. da S., PEREIRA NETO, C. Aspectos do crescimento populacional: estimativas e uso de indicadores sociodemográficos. *Formação (Online)*, v. 27, n. 50, p. 3–36, 2020.

PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F.; SOUZA, M. G. **A abordagem participativa na educação para a conservação da natureza**. In: CULLEN JR, L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. (Orgs.). *Método de Estudos em Biologia da Conservação*

e Manejo da Vida Silvestre. Curitiba, PR: Ed. da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003. Reimpressão, 2004, p. 557-591.

PELLIN, Angela. *et al.* Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação urbanas: o caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ) Management of public use in urban protected areas: the case of Pedra Branca State Park (RJ, Brazil). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.7, n.2, maio/jul 2014, pp.344-373.

PRATES, A. P. L.; IRVING, M. A. Conservação da Biodiversidade e Políticas Públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às Metas de Aichi. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 5, n. 1, 2015. DOI:10.5102/rbpp. v. 5i1.3014.

QUINTAS, J. S. Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública: A Construção do Ato Pedagógico. In: **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/EDUCACAO_NO_PROCESSO_DE_GESTAO_AMBIENTAL_PUBLICA.pdf>. Acesso em: 11/12/2023.

REIGOTA, M. A. S. **Educação Ambiental: Compromisso Político e Competência Técnica**. *Revista de Estudos Universitários - REU*, Sorocaba, SP, v. 26, n. 1, 2016.

RONCADA, C. et al. Valor do emprego do questionário WHOQOL-BREF na avaliação da qualidade de vida de pais de crianças com asma. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 33, n. 3, p. 267-273, 2015. 2015.

SAISSE, M. V. **Sentidos e Práticas da Educação Ambiental no Brasil: as Unidades de Conservação como campo de disputa**. 2011. Tese de Doutorado (Programa de PósGraduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000793842/Details>>. Acesso em: 11/12/2023.

SAMMARCO, Y. M. **Percepções Sócio-Ambientais em Unidades de Conservação : O Jardim de Lillith?** 2005. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Engenharia Ambiental), UFSC, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102026>>. Acesso em: 11/12/2023.

SAMMARCO, Y. M. **Educación Ambiental y Paisajes para la gestión participativa de las Áreas Protegidas en Brasil**. 2013. Tese de Doutorado (Programa Interuniversitario de Educación Ambiental), UAM & USP, Madrid, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10486/660305>>. Acesso em: 11/12/2023.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>>. Acesso em: 11/12/2023.

SANTOS, L. F. A. **Unidades de Conservação e Sociedades Sustentáveis: a Educação Ambiental desenvolvida nas UC da Costa do Descobrimento – BA./** Leandro Fernandes Antonio Santos. – Porto Seguro, pag.210, 2022.

SORRENTINO, M. **Educação Ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências.** 2. ed. Curitiba: Appris, 2018.

SORRENTINO, M.; MARANHÃO, R.; DINIZ, N. A Política Nacional de Educação Ambiental e os Indicadores para sua Avaliação. In: RAYMUNDO, M.H.A.; BIASOLI, S.; BRANCO, E.A.; SORRENTINO, M. (org.). **Avaliação e monitoramento de políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis.** Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural, 2019.

STOLTON, S.; DUDLEY, N. **Arguments for Protected Areas: Multiple Benefits for Conservation and Use.** Washington,: Earthscan, Oryx , Volume 44 , Edição 4 , Outubro, 2010.

TABANEZ, M.F. *et al.* **Educação Ambiental no entorno das Unidades de Conservação:** uma experiência com formação continuada de professores nos vales do Paraíba do Sul e do Ribeira. São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente Gestão de Unidades de Conservação e Educação Ambiental/Secretaria de Estado do Meio Ambiente. v.1, n. 2, pp.41 -58, São Paulo: SMA, 2008.

TIRIBA, L.; PROFICE, C.C. Crianças da Natureza: vivências, saberes e pertencimento. Educação & Realidade, Porto Alegre, **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88370, 2019.

VALLEJO, L. R. **USO PÚBLICO EM ÁREAS PROTEGIDAS: ATORES, IMPACTOS, DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO:** I Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação - UFF/RJ, v. 1 n. 1, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:< <https://orcid.org/0000-0002-2411-7436>> Acesso em: 22/12/2023.

VASCONCELOS, J.G. **Pólo Ecológico de Porto Seguro: A Odisséia do Pau Brasil.** Editexto Projetos Editoriais. Porto Seguro, v.1, n.1, p.27, 1992.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas:** populações tradicionais e Unidades de Conservação. São Paulo: Annablume Editora, Vol.1, N.1, Pag – 339, 2008.

8. APÊNDICES

APÊNDICE A

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE:

Olá! Meu nome é Alexandre Chaves, sou Profissional de Educação Física, e aluno do Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável da ESCAS/IPÊ (Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade/Instituto de Pesquisas Ecológicas), e estou convidando você a participar da pesquisa denominada ATIVIDADES NA NATUREZA - EDUCAÇÃO, BEM ESTAR E CONSERVAÇÃO SOB A ÓTICA DE QUEM TRABALHA NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO PAU BRASIL. A seguir daremos algumas informações sobre a pesquisa. Caso tenha dúvidas, não hesite em entrar em contato conosco.

Título Do Projeto De Pesquisa: Atividades na Natureza - Educação, Bem Estar e Conservação sob a Ótica de Quem Trabalha na Estação Ecológica do Pau Brasil

Pesquisador Responsável: Cristiana Saddy Martins

Instituição: Escola Superior de Conservação e Sustentabilidade ESCAS/IPÊ

Objetivo acadêmico: Projeto de Dissertação de Mestrado

Nome do aluno: Alexandre Nascimento da Silva Chaves

Equipe de Pesquisa: Não se aplica

Local onde será realizada a pesquisa: Pesquisa virtual, feita por questionários on-line.

E-mail para contato: mestradoescasalexandrechaves@gmail.com

Eu, **pesquisador responsável** pelo projeto acima especificado, **declaro que:**

1. O projeto de pesquisa não incluirá contato presencial com os participantes de pesquisa, nem utilizará materiais obtidos diretamente de seres humanos (por exemplo células, sangue periférico, tecidos, entre outros), nem utilizará imagem/som/questionários/entrevistas/grupo focal que permitam sua identificação individual, dados de prontuários de assistência do paciente, fichas de cadastros pessoais e/ou fichas escolares;

2. O projeto de pesquisa não utilizará animais vertebrados não humanos nem materiais obtidos diretamente de animais vertebrados não humanos (por exemplo células, sangue periférico, tecidos, entre outros);

3. Estou ciente de que se nesta pesquisa houver manipulação genética (organismos geneticamente modificados), será necessário obter carta de aprovação da Comissão Interna de

Biossegurança através da Plataforma Brasil, e que é minha responsabilidade obtê-la antes do início da pesquisa (Lei nº 11.105/2005 <https://conselho.saude.gov.br/plataforma-brasil-conep?view=default>);

4. Estou ciente de que caso a pesquisa envolva acesso a patrimônio genético brasileiro e/ou conhecimento tradicional, o projeto deverá ser cadastrado no sistema auto declaratório SisGen, conforme Lei nº 13.123/2015, antes da sua publicação e/ou comercialização do produto, sendo de minha responsabilidade realizar e manter este cadastro atualizado (<https://sisgen.gov.br/>);

5. Estou ciente de que caso os dados utilizados nesta pesquisa não forem de acesso público e/ou se a pesquisa não for realizada em local público, será necessário obter o documento de autorização emitido pela instituição em que será realizada a pesquisa e/ou detentora dos dados a serem utilizados, onde deverá conter as atividades que serão desenvolvidas e assinatura do dirigente institucional ou pessoa por ele delegada, com identificação de cargo/função e respectiva assinatura, antes do início da pesquisa (Lei nº 12.527/2011);

6. Estou ciente de que se o projeto tiver a possibilidade de gerar conhecimento passível de proteção intelectual (patentes, direito autoral, novos tratamentos, marcas, softwares, cultivares, segredo industrial), é minha responsabilidade entrar em contato com a Agência de Inovação Tecnológica e Social (Agits);

7. O referido projeto cumpre as normas legais vigentes relacionadas à proteção intelectual, boas práticas e ética em pesquisa e que será minha responsabilidade zelar pela correta condução do projeto de pesquisa;

8. Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados coletados e gerados pela pesquisa bem como manter a privacidade de seus conteúdos. Também é minha a responsabilidade não repassar os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa;

9. Declaro a precisão de todas as informações acima fornecidas e comprometendo-me a informar todos os demais pesquisadores envolvidos no projeto sobre elas.

Local, data

Pesquisador Responsável: (orientador)

Assinatura do orientando:

O QUE É A PESQUISA: Esse questionário faz parte de uma pesquisa desenvolvida na Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade do Instituto de Pesquisas Ecológicas (ESCAS-IPÊ), Identificar a percepção dos(as) trabalhadores (as) da Estação Ecológica do Pau Brasil sobre atividades na natureza que promovam saúde, bem estar e conservação da sociobiodiversidade, como subsídio para recomendações de uso público com integração e participação das instituições presentes na estação. Esta pesquisa ocorrerá on-line. Você preencherá um formulário com seus dados pessoais

e responderá a um questionário sobre a sua vivência prática no interior desta estação ecológica, o ambiente onde pratica a atividade e suas percepções acerca de sua qualidade de vida e saúde.

FINANCIAMENTOS: Este trabalho será realizado com recursos próprios do pesquisador. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não haverá nenhum pagamento por sua participação.

O QUE SERÁ FEITO COM AS INFORMAÇÕES RECOLHIDAS: As informações obtidas serão utilizadas somente para a presente pesquisa, analisadas em conjunto com a de outros participantes e apresentadas em forma de trabalhos científicos, não sendo divulgada qualquer informação que possa levar à sua identificação. Apenas os(as) pesquisadores(as) envolvidos(as) no projeto terão acesso aos seus dados e estão obrigados(as) ao sigilo profissional.

As informações colhidas serão guardadas por cinco anos, em um banco de dados do computador do pesquisador responsável. Após este período os dados serão descartados do computador definitivamente.

RISCOS E BENEFÍCIOS PARA O PARTICIPANTE: Você tem nesta pesquisa o risco de constrangimento por se expor a revelação de informações pessoais. Por isso, você terá garantia de sigilo quanto aos meios de identificação dos seus dados, que terão o acompanhamento dos pesquisadores durante todos os procedimentos. Entre os benefícios esperados para você, se incluem os resultados da pesquisa, com informações pertinentes à sua prática, influenciando na disponibilidade de recursos, a manutenção do espaço enquanto Unidade de Conservação junto à União, e melhoria do espaço para atividades individuais e em grupo.

DECLARAÇÃO: Declaro que compreendi as informações do que li ou que me foram explicadas e concordo em participar do trabalho em questão. Para dar seu consentimento, basta clicar em "sim", após informar seu e-mail, uma cópia da **Declaração de Responsabilidade** lhe será enviada para que possas permanecer com posse de tal documento.

E-mail do participante: Você concorda em participar da pesquisa? Caso você não concorde, não é necessário preencher as próximas questões.

* () Sim () Não

APÊNDICE B

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

Tabela 1 - Características Sociodemográficas dos trabalhadores que atuam na Estação Ecológica do Pau Brasil, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Sexo	Masculino Feminino
Cidade	Porto Seguro Eunápolis Santa Cruz Cabrália...
Nível de Escolaridade	Analfabeto Até 5o ano incompleto 5o Ano completo Fundamental incompleto Fundamental completo Médio incompleto Médio completo Superior incompleto Superior completo Especialização Mestrado Doutorado

APÊNDICE C

Questionário sobre interesses de atividades dos trabalhadores da Estação Ecológica do Pau Brasil.

Com qual frequência vai a ESPAB?	Nunca fui Quase nunca Nas férias Uma vez por mês Frequentemente Outro: _____
Em quais horários costuma ir?	Em escalas de 24hs por dia Sem horário definido O dia todo Pela manhã A tarde A noite
Quais atividades pratica?	Trabalho Pratico Esporte Faço Pesquisa Faço caminhadas Esporadicamente Outro: _____
Sente que aprende mais sobre a natureza ao ter contato com a ESPAB?	Sim Não
Quais ofertas de atividades gostaria que houvessem disponíveis na EEPB?	Eventos Esportivos Palestras Eventos Escolares Trilhas para caminhadas ou Bike Turismo de Visitação Arborismo Treinamentos Militares Workshops para atividades ao Ar Livre Outros: _____
Na sua opinião, frequentar a EEPB faria as pessoas valorizarem mais a sua existência?	Sim Não Talvez Sugestão: _____
Se uma empresa oferecesse atividades na EEPB, quais você acharia necessárias?	Arborismo Acampamento Trilhas

	<p>Bike MTB</p> <p>Visitação Escolar</p> <p>Ecoturismo</p> <p>Observação de Pássaros</p> <p>Práticas Corridas</p> <p>Competições ao Ar Livre</p>
Frequentar a EEPB melhora sua saúde física e psicológica?	<p>Sim</p> <p>Não</p> <p>Não faz Diferença Para Mim</p>
Frequentar a EEPB melhora a sua disposição para o trabalho?	<p>Sim</p> <p>Não</p> <p>Não faz Diferença Para Mim</p>
Quanto você sente que aprende sobre a natureza a cada nova visita?	<p>Muito</p> <p>Um pouco mais a cada visita</p> <p>Reconheço o que aprendi nos livros</p> <p>Não aprendo nada</p> <p>Outro: _____</p>
Como você ajuda a conservar a natureza?	<p>Não faço nada nesse sentido</p> <p>Não jogando lixo nas ruas</p> <p>Consumindo produtos Recicláveis</p> <p>Usando energia solar ou eólica</p> <p>Fazendo pesquisa para conservação da biodiversidade</p> <p>Fazendo Triagem de Animais Silvestres</p> <p>Trabalhando com Policiamento Ambiental</p> <p>Construindo formas sustentáveis de produção</p> <p>Outros: _____</p>
Está aberto (a) a mudanças em relação aos seus hábitos de conservação?	<p>Não tenho hábitos de conservação</p> <p>Sim</p> <p>Não</p> <p>Outro: _____</p>

APÊNDICE D

Domínios

Domínio 1 – Qualidade Geral de Vida

Qualidade de vida geral: Como você avaliaria sua qualidade de vida?

Você está satisfeito com a sua saúde?

Domínio 2 - Físico

Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?

Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?

Quão satisfeito você está com o seu sono?

Quão bem você é capaz de se locomover?

Quão satisfeito você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?

O quanto você precisa de algum tratamento médico para melhorar a sua rotina diária?

Quão satisfeito você está com sua capacidade para o trabalho?

Domínio 3 – Psicológico

O quanto você aproveita a vida?

O quanto você consegue se concentrar?

Quão satisfeito você está consigo mesmo?

Você é capaz de aceitar sua aparência física?

Com que frequência você tem sentimentos negativos, tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?

Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?

Domínio 4 – Relações Sociais

Quão satisfeito você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?

Quão satisfeito você está com o apoio que você recebe de seus amigos?

Quão satisfeito você está com sua vida sexual?

Domínio 5 - Meio ambiente

Quão seguro você se sente em sua vida diária?

Quão satisfeito você está com as condições do local onde mora?

Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?

Quão satisfeito você está com o seu acesso aos serviços de saúde?

Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?

Em que medida você tem oportunidades de realizar atividades de lazer?

Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?

Quão satisfeito você está com o seu meio de transporte?

APÊNDICE E

Síntese das ideias centrais

O que é qualidade de vida?

Saúde e Bem-Estar	
Praticar esporte e alimentação saudável	
Condições para viver	
Vários fatores	
Estar bem	
Equilíbrio	
Amigos e família	
Usufruir	
Disposição	
Se sentir forte	
Ajudar	
Estar aberto a mudanças	

Fonte: Dados do Pesquisador, 2023.